

INEP

RELATÓRIO DE GESTÃO 2003

Brasília, janeiro de 2004

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque

Secretaria Executiva do MEC

Rubem Fonseca

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Raimundo Luiz Silva Araújo

Diretoria de Tratamento e disseminação de Informações Educacionais

José Marcelino de Rezende Pinto

Diretoria de Estatística da Educação Básica

Dirce Gomes

Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior

Dilvo Ilvo Ristolff

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Carlos Henrique Ferreira de Araújo

Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências

Newton Augusto Cardoso de Oliveira

Diretoria de Gestão e Planejamento

Denis Sant'anna de Barros

Gabinete do INEP

Solange Aguirre

Sumário

1 – O Inep – Breve História.....	05
1.1 Finalidades e Atribuições.....	08
1.2 – Estrutura Regimental	09
2 – Descrição das Ações Executadas e Resultados Alcançados, por Diretoria	10
2.1 – Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências (DACC)	10
2.2 – Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB)	18
2.3 – Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DEAES)	26
2.4 – Diretoria de Estatísticas da Educação Básica (DEEB).....	32
2.5 – Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE).....	38
2.6 – Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP).....	52
2.7 – Procuradoria Jurídica	78
2.8 – Auditoria Interna (AUDIN)	75
2.9 – Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP).....	80

1 - O Inep – Breve história

Em 13 de janeiro de 1937, é sancionada a lei de criação do Instituto Nacional de Pedagogia. O Inep, no entanto, viria de fato a iniciar seus trabalhos no ano seguinte, com a publicação do decreto-lei nº 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição e modificando, ainda, sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, nomeia como diretor-geral do órgão o professor Lourenço Filho.

Segundo decreto-lei cabia ao Inep “organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos”.¹ Também cabia ao Inep participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

Nas décadas anteriores, algumas tentativas de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias ao ensino já haviam sido articuladas sem conseguir, no entanto, ter a continuidade desejada. O Inep configura-se no primeiro órgão nacional que se estabelece de forma duradoura como “fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica”², como dizia a lei. Este esforço, conduzido pela figura de Lourenço Filho, um dos educadores mais respeitados da época, se consolida, nos anos seguintes e o Inep transforma-se numa referência para a questão educacional no País.

Em 1952, assume a direção do Instituto o professor Anísio Teixeira, que passa a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. No dia da sua posse, o educador faz a seguinte declaração: “As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar amplitude maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspiração do magistério nacional para formação daquela consciência comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira (...)”.³

O objetivo de Anísio Teixeira era estabelecer centros de pesquisa como um meio de “fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil”⁴. Essa idéia concretiza-se com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, com sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE como os centros regionais estavam vinculados à nova estrutura do Inep que se consolidava.

Em meados da década de 60, esse modelo que tinha como tônica a relação entre a educação e a sociedade começa a sofrer alterações com a reordenação social-política do País instalada em 1964. A partir daí a pesquisa educacional toma novo rumo e passa a focalizar temas

¹ – Lourenço Filho - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) – Edição Nº 95, julho/setembro 1964

² Idem

³ Relatório Inep 50 anos - 1987

econômicos como educação e investimento, custos da educação, relações entre formação profissional e mercado de trabalho.

Em conseqüência da orientação em vigor foram extintos no período 1972/73 os Centros Regionais que se agregam em parte às universidades ou às secretarias de educação dos estados. Em 1976, com a sede do Inep já instalada em Brasília, todos os setores do Instituto que ainda se encontravam no Rio de Janeiro são transferidos para a nova capital. No ano seguinte o CBPE é extinto, marcando o fim do modelo idealizado por Anísio Teixeira e que deu ao Inep reconhecimento nacional e internacional.

Nos anos seguintes o campo de atuação do Inep é reduzido. Na década de 80 a ênfase está no fortalecimento de sua capacidade técnica e na ampliação e treinamento de pessoal técnico. As prioridades são o fomento a projetos de pesquisa e o suporte às secretarias do Ministério da Educação.

No início dos anos 90, o Inep era quase que somente um financiador de trabalhos acadêmicos voltados para a educação. Na reestruturação institucional promovida pelo governo Collor, o órgão chega a ser extinto por uma Medida Provisória, sendo o ato corrigido na reedição desta mesma MP.

Em 1995, com a posse do ministro Paulo Renato Souza no Ministério da Educação, tem início o processo de reestruturação do Inep. Com a reorganização do setor responsável pelos levantamentos estatísticos, pretendia-se que as informações educacionais pudessem, de fato, orientar a formulação das políticas do Ministério.

O primeiro passo se deu com a incorporação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura - SEEC, em 1996, à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional – Sediae, do Ministério da Educação. O SEEC, criado em 1937 era um órgão do poder executivo com longa tradição na realização de censos estatísticos na educação brasileira. Em 1997, a Sediae é integrada a estrutura do Inep, passando a partir dessa data, a existir um único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do Governo Federal. Nesse mesmo ano, o Inep é transformado em autarquia federal.

À frente do trabalho de processo de fortalecimento da instituição estava a professora Maria Helena Guimarães de Castro. Neste período, o Inep ganha novamente um papel de destaque no cenário nacional passando a contribuir de forma decisiva na implementação das políticas públicas de educação. Além de reorganizar o sistema de levantamentos estatísticos, o Inep recuperou e ampliou as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais. Por outro lado, é também neste período que o Brasil passa a participar de forma regular das atividades de cooperação internacional.

Com este novo modelo institucional, o Inep ampliou seu potencial de trabalho, ao incorporar à tradição de 60 anos de atuação na área educacional, um enfoque contemporâneo em que as ações estão relacionadas ao maior número de dados disponíveis. Com isso, vem resgatando seu perfil como órgão especializado na avaliação e nas estatísticas educacionais, cuja atuação foi sempre pautada no compromisso com a melhoria da educação brasileira.

Ao dispor sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, definiu a avaliação, a informação e a pesquisa educacional como assuntos que constituem área de competência do Ministério da Educação.

Com efeito, o dever do Estado para com a educação é efetivado mediante as garantias de oferta e atendimento definidas no art. 208 da Constituição Federal, observados os princípios sob os quais deve o ensino ser ministrado e, entre os quais, encontra-se justamente o da garantia de padrão de qualidade (cf. art. 206, VII), somente alcançável mediante adequados processos de estatística e de avaliação educacionais.

Coerente com o preceito constitucional o Governo passou a considerar essas atividades dentre aquelas exclusivas de Estado, nos termos das Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 9.424, de 24 do mesmo mês e ano, dispondo sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Na primeira estão incluídas, entre as incumbências da União, as atividades de coleta, análise e disseminação de informações sobre educação e a garantia de processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (art. 9º, V e VI). Na segunda atribuiu-se ao Ministério da Educação a responsabilidade, entre outras, de realizar anualmente o censo educacional (art. 2º, § 4º), cujos dados constituem a base para a distribuição dos recursos governamentais destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental público e à valorização do seu magistério.

A criação de um órgão federal especializado em avaliação e informação educacional e o desenvolvimento de capacidade técnica na área foram as prioridades do Governo para o setor educação, concretizadas com a reestruturação e revitalização do Inep.

Após a transformação efetivada pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, o Inep é hoje uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com um novo perfil e um papel estratégico de alta relevância para o fortalecimento da gestão das políticas educacionais e o desenvolvimento da educação brasileira. Tem como principal atribuição coordenar os sistemas e projetos de avaliação educacional e organizar o sistema de informações e estatísticas, com o objetivo de subsidiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. Estão sob sua responsabilidade as avaliações nacionais implantadas na década de 90: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional de Cursos (ENC), que se tornou mais conhecido como Provão, e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Inep é encarregado, também, da produção das estatísticas básicas da educação nacional, por meio da realização de levantamentos periódicos que abrangem os diferentes níveis e modalidades de ensino. Com um sistema moderno e eficiente de informações na área, baseado numa plataforma que reúne o que há de mais avançado em tecnologia de informação, dispõe do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIED), que incorpora as bases de dados das avaliações nacionais e dos censos da Educação Básica e do Ensino Superior e os levantamentos realizados anualmente, em parceria – o primeiro, com as secretarias estaduais e municipais da educação, e o segundo, com as próprias instituições de ensino superior.

Além disso, para tornar as informações produzidas acessíveis aos usuários, constituídos pelos diferentes atores da área educacional e pelos segmentos sociais interessados na questão, o Inep desenvolve um conjunto de ações de disseminação. Nessa tarefa, sustenta uma diversificada linha editorial, promove e participa de eventos e conta com o Centro de

Informações e Biblioteca em Educação (Cibec), que mantém uma moderna unidade de atendimento ao público no edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília, e gerencia a página WEB na Internet (<http://www.inep.gov.br>).

No desempenho de suas múltiplas funções regimentais, o Inep articula-se com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional bilateral e multilateral. A busca de parcerias e o desenvolvimento de cooperação internacional, além de garantir o apoio necessário à execução dos projetos, reflete um ambiente mais participativo e transparente para a definição, a implementação e a disseminação de seus produtos.

As atividades e projetos desenvolvidos pelo Inep estão incorporados ao Plano Plurianual 2000-2003, "Avança Brasil", como componentes do programa "Estatísticas e Avaliações Educacionais".

A inclusão de todos os seus projetos no PPA 2000-2003 propiciou condições favoráveis para que o Inep consolidasse seus sistemas de avaliação e de informações educacionais, provendo o subsídio indispensável para o aumento da eficiência da gestão educacional e contribuindo para que a sociedade brasileira exerça o seu direito a uma educação de qualidade, em todos os níveis.

1.1 – Finalidades e Atribuições

A Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, que transformou o Inep em Autarquia Federal, estabelece como suas finalidades essenciais:

- organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- apoiar os Estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- promover a disseminação de informações sobre a avaliação da educação básica e da superior.

As atribuições do Inep são consoantes com as competências que a LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – delega à União, especialmente de:

- coletar, analisar e disseminar informações sobre educação;

- assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.

A reestruturação do Inep atendeu, portanto, à exigência criada pela LDB, ao redefinir o papel do Ministério da Educação, coerente com o perfil descentralizado do sistema educacional brasileiro. Nesse contexto institucional, assumem grande relevância as avaliações nacionais e os levantamentos estatísticos sistemáticos executados pelo Inep, que oferecem subsídios para a realização de diagnósticos e a identificação de prioridades.

Como resultado das reformas institucionais levadas a cabo nos últimos anos, o Inep se transformou num órgão estratégico na estrutura do Ministério da Educação. Espaço que vem ocupando à medida que se coloca como principal produtor e provedor de informações para subsidiar as políticas, tanto de educação básica quanto de educação superior.

1.2 – Estrutura Regimental

A estrutura regimental do Inep, proposta quando de sua transformação em Autarquia Federal em 1997, foi alterada, pelo Decreto nº 4.633, de 21 de março de 2003, que buscou dar ao Instituto uma estrutura gerencial mais adequada ao cumprimento de sua missão, passando a constituir-se dos seguintes órgãos:

I – Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

- a) Gabinete;
- b) Procuradoria Jurídica.

II – Órgãos seccionais:

- a) Diretoria de Gestão e Planejamento;
- b) Auditoria Interna.

III – Órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais;
- b) Diretoria de Estatísticas da Educação Básica;
- c) Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior;
- d) Diretoria de Avaliação da Educação Básica; e
- e) Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências.

IV – Órgão colegiado: Conselho Consultivo.

2 - Descrição das Ações Executadas e Resultados Alcançados, por Diretoria

2.1 - DIRETORIA DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (DACC)

2.1.1 – Ação: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

2.1.1.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.1.1.1.1 – Competências Legais e Regimentais

De acordo com a estrutura regimental do INEP, compete à Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências – DACC “coordenar o processo de aplicação e consolidar os resultados e produtos referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM”.

2.1.1.1.2 – Público Alvo

O público alvo da ação são indivíduos que estejam concluindo o ensino médio ou já concluíram essa modalidade de ensino.

2.1.1.1.3 – Vinculação com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

Esta ação consta no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 no Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais (0048), ação Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (4017).

2.1.1.1.4 – Indicadores Relevantes

- a) Razão entre o número de escolas que receberam o kit com o material de inscrição e informativo, incluindo relatório do exame anterior, e o número de escolas para os quais foram enviados os referidos kits;
- b) Razão entre o número de indivíduos inscritos no exame e o número de indivíduos previstos, com base no total estimado de concluintes no ano de aplicação do exame;
- c) Razão entre o número de participantes, ou seja, o número de inscritos que fizeram o exame e o número de inscritos (índice de presença);
- d) Taxa de crescimento de Instituições de Ensino Superior que utilizam as notas do ENEM de um ano em relação ao ano anterior.

2.1.1.1.5 – Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

Dentro do objetivo de avaliar indivíduos que estejam concluindo o ensino médio ou já concluíram essa modalidade de ensino foi colocado como meta inscrever 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) indivíduos, no período de 12 a 23 de maio de 2003, para a realização do exame em 31 de agosto de 2004, com um custo total estimado de R\$63.525.800,00 (sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos reais).

O efetivamente executado foi de 1.882.393 (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, trezentos e noventa e três mil) inscritos, com um custo total de R\$50.145.744,89 (cinquenta milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

2.1.1.1.6 – Balanço Social

A realização do ENEM 2003 permitiu a consolidação de um modelo de avaliação de desempenho por competências, proposto em 1998 e aperfeiçoado nos anos sucessivos de sua aplicação, tendo como referência principal a articulação entre o conceito de educação básica e o de cidadania, tal como definido nos textos constitucionais e na LDB.

O ENEM é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio, com o objetivo principal de possibilitar a todos os que dele participam uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o exame. Os resultados dessa avaliação vêm sendo utilizados desde sua criação, por um número cada vez maior de Instituições de Ensino Superior (IES) em seus processos seletivos, seja de forma complementar ou substitutiva, além do fato de que diversas dessas instituições reformularam seus modelos de vestibular seguindo uma estrutura parecida com a do ENEM.

Foi prevista uma quantidade de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) inscritos para o ENEM 2003, sendo que foram efetivamente inscritos 1.882.393, ou seja, uma quantidade 4,6% maior do que o previsto. O índice de presença ainda não foi o desejado, pois compareceram à prova 1.322.644 (um milhão, trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro) inscritos, resultando num índice de 70,3%. O alto índice de faltosos deve-se à gratuidade da maioria das inscrições.

Devida à alta qualidade do exame, há interesse do INEP de que um número cada vez maior de Instituições de Ensino Superior (IES) utilize os resultados do ENEM. Em 2002, havia 384 IES utilizando-os, já em 2003 encerramos o ano com 448 IES, o que demonstra um crescimento de 16,7%.

2.1.1.2 – Gestão Orçamentária

O orçamento da União para o ENEM em 2003 foi de R\$63.525.800,00 (sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos reais).

Os recursos orçamentários destinados à ação foram satisfatórios e não houve inexecuções finalísticas.

2.1.1.3 – Gestão Financeira

O valor efetivamente executado do orçamento foi R\$50.145.744,89 (cinquenta milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) o que representa 78,9% do previsto. Essa redução deveu-se, em grande parte, a mudança do processo de elaboração da prova.

A estrutura de elaboração da prova, segundo o projeto básico, envolvia uma estrutura de elaboração de itens, ajustes técnicos e pedagógicos, calibragem de itens bem sofisticada e que, ao sair do contrato com a Cesgranrio, gerou economia de recursos, pois adotou-se um sistema bem simples de construção de itens envolvendo apenas a Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas e um grupo de Colaboradores Externos. Outro fator de economia de gastos foi a estimativa de custo da ECT com Sedex que ficou bem abaixo do realmente gasto.

Desta forma, os recursos financeiros destinados à ação foram satisfatórios e não houve inexecuções finalísticas.

2.1.1.4 – Gestão Patrimonial

Em 2003, a divulgação institucional do ENEM foi coordenada em parceria com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro de Estado da Educação.

O serviço de atendimento “Fala Brasil” ofereceu e oferece apoio significativo à aplicação do ENEM, durante todo o ano, tirando dúvidas dos estudantes a respeito do exame. O apoio do “Fala Brasil” no período de inscrição e na semana do exame foi otimizado com a contratação de equipe extra de atendentes os quais em contato freqüente com a equipe técnica do INEP e a da empresa contratada, ofereceram suporte significativo ao bom êxito do exame ora esclarecendo, ora atualizando informações, alocando candidatos em locais de prova, confirmando a oferta de condições especiais aos portadores dessas necessidades, para que o atendimento aos candidatos e suas famílias fosse o mais correto possível.

Entretanto devido à grande demanda pelo “Fala Brasil”, a quantidade de postos de atendimentos não se mostra suficiente para atender a essa demanda. Em 2003, haviam 40 computadores para atender as ligações de todo o Brasil, com isto muitos inscritos que precisavam de auxílio acabaram não sendo atendidos.

Os demais recursos de suporte atenderam adequadamente à ação.

2.1.1.5 – Gestão de Pessoas

Em 2003, não foi realizada nenhuma ação de Valorização do Servidor.

Não foram aplicadas ações disciplinares sobre os técnicos da DACC.

Para a realização do Seminário Nacional de Avaliação para Certificação de Competências foram contratados Colaboradores Eventuais, que são professores universitários especialistas em avaliação educacional, gerando um gasto de R\$13.198,00 (treze mil, cento e noventa e oito reais) com diárias.

2.1.1.6 – Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

Os gastos com Contratações de Serviços foram:

Instituição	Serviço	Gasto
Cesgranrio	Processamento das inscrições, preparação de todo o material para aplicação da prova, aplicação e correção da prova, e confecção dos boletins de desempenho.	44.174.640,50
ECT	Postagem e Distribuição do material relativo às inscrições do ENEM e ao boletim de desempenho.	4.898.459,30
Posigraf	Serviços gráficos do kit com material de inscrição e divulgação do ENEM.	869.917,07
Banco do Brasil	Transação bancária para pagamento de inscrições via internet.	39.188,25

2.1.2 – Ação: Certificação de Competências para o Trabalhador

2.1.2.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.1.2.1.1 – Competências Legais e Regimentais

De acordo com a estrutura regimental do INEP, uma segunda competência da Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências – DACC é “coordenar a elaboração dos instrumentos de avaliação para a certificação de competências” e certificação para o trabalhador está incluída nessa atribuição da Diretoria.

2.1.2.1.2 – Público Alvo

O público alvo são os trabalhadores que exercem ou desejam exercer determinada atividade profissional e não possuem educação formal.

2.1.2.1.3 – Vinculação com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

Esta ação consta no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 no programa Estatísticas e Avaliações Educacionais (0048), ação Certificação de Competências para o Trabalhador (4685).

A partir da Portaria Interministerial nº 13, de 02 de setembro de 2003, a qual criou o GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE QUALIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, o INEP, por meio da Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências, foi convidado a participar daquele GT.

Do orçamento previsto de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado a passagens e diárias para colaboradores eventuais, nenhum recurso foi utilizado.

Em 2003, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Qualificação e Educação Profissional – GTI/QEP, a partir da Portaria Interministerial nº 13, de 02 de setembro de 2003, entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/TEM e a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico – SEMTEC/MEC, com o objetivo de articular ações e estratégias em áreas de atuação comuns aos dois Ministérios no campo da Qualificação e Educação Profissional.

O GTI/QEP apresentou, no prazo de 90(noventa) dias a partir da publicação da Portaria, um relatório sugerindo a formação de uma comissão composta por servidores dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego e do Turismo.

Devido à quantidade de atores envolvidos no desenvolvimento das ações, são cinco Ministérios e quatro órgãos do MEC, estas ações, que eram reuniões de trabalho com Técnicos dos Ministérios envolvidos e Consultores contratados, não foram executadas, portanto não foram contratados Consultores e nem foi gasto recursos financeiros com passagens e diárias.

As atividades realizadas foram:

Reunião com representantes do MTE, MS, MT, MDCT além da SEMTEC, SEIF, INMETRO e CNE com o objetivo de dar ciência da Portaria aos participantes e criar uma Comissão que substitua o GT. Também foi elaborada uma minuta de Portaria Interministerial criando a referida Comissão Especial de Certificação.

Reunião para definição dos nomes que comporão a Comissão Especial de Certificação Profissional, suas características e finalidades. Revisão e definição final da Portaria a ser proposta aos ministérios participantes.

2.1.3 – Ação: Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

2.1.3.1 – Gestão Operacional/Finalística

Ainda, de acordo com a estrutura regimental do INEP, compete também à Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências – DACC “coordenar a elaboração dos instrumentos de avaliação para a certificação de competências” e certificação para os jovens e adultos que não concluíram a educação básica na fase adequada faz parte da atribuição desta Diretoria.

2.1.3.2 – Público Alvo

O público alvo são os jovens que desejam obter o certificado de conclusão do ensino fundamental ou médio e fazem parte da Educação de Jovens e Adultos.

2.1.3.3 – Vinculação com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

Esta ação consta no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 no programa Estatísticas e Avaliações Educacionais (0048), ação Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (4687).

Essas atividades forma executadas pelos técnicos da DACC.

Revisão de material de apoio técnico pedagógico, que consiste em livros voltados tanto para estudantes, quanto para professores.

Elaboração dos itens de prova do Exame de Certificação para brasileiros residentes no Japão.

Elaboração do Documento Base para subsidiar discussões com outros setores do MEC, sobre a continuidade ou não da realização do Encceja.

Análise do Processo nº: **23400.003888/2002-3**, Contrato do Convênio 808085/2002 firmado entre o Inep e o FNDE visando a realização do ENCCEJA 2002.

Análise do Processo nº: **23036.002955/2002-60**, Contrato nº 13/2002 de Prestação de Serviços celebrado entre o INEP e a Fundação Cesgranrio para elaboração de metodologia e instrumental para avaliação de desempenho de competências e realização do projeto piloto para avaliação do programa Recomeço.

Análise do Processo nº **23036004222/2002-60**: Contrato nº 38/2002 de prestação de serviços celebrado entre o INEP e a FIPE para a execução pela fiipe de serviços especializados para realização de pesquisa de avaliação do programa Recomeço.

Diligências ao FNDE para averiguação correta do preenchimento dos formulários, instituídos por Instrução Normativa, para prestação de contas.

Elaboração de Documento Reposta à portaria do Ministro nº 2134, que suspendeu o Encceja, após decorridos 120 dias do prazo estabelecido.

O Encceja foi realizado em 2002 em sua 1a. edição. A realização do Encceja para 2003 foi suspensa, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.134, de 7-08-2003, para realização de estudos pelo INEP, com o objetivo de compatibilizar as funções deste Instituto com as orientações das Diretrizes Curriculares.

Os recursos orçamentários, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), não foram utilizados. Eles eram destinados a:

- Elaboração, aplicação e correção do exame;
- Passagens;
- Diárias a Colaborador Eventual;
- Diárias a Servidor.

Anualmente, é aplicado um exame supletivo no Japão, destinado aos brasileiros que residem nesse país. É um programa coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, cuja prova foi elaborada em 2003 pela Secretaria de Educação do Estado do

Paraná e supervisionado pela DACC/INEP. Essa supervisão gerou um gasto de R\$34.438,05 (trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinco centavos), recursos oriundos do PNUD, com consultores e viagens de treinamento dos professores da Secretaria de Educação do Paraná responsáveis pela elaboração da prova, pois esta se baseou na matriz de competências e habilidades do ENCCEJA.

2.1.4 – Ação: Programa Internacional de Avaliação de Adultos (PISA)

2.1.4.1 – Gestão Operacional/Finalística

O PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é um programa internacional de avaliação coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do qual participaram no ano 2003 quarenta e seis países, havendo, em cada um deles, uma coordenação nacional. Participaram do PISA 2000 trinta e dois países.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP é responsável pela aplicação do PISA no Brasil, pois cabe ao INEP articular-se, em sua área de atuação, com instituições internacionais, mediante ações de cooperação institucional e técnica, em caráter bilateral e multilateral.

O PISA tem como principal objetivo produzir indicadores de desempenho estudantil orientados para as políticas educacionais, fornecendo orientações, incentivos e instrumentos para melhorar a efetividade da educação em todos os países envolvidos. O Programa produzirá três tipos de indicadores:

- *Indicadores básicos*, que fornecem um perfil dos conhecimentos, habilidades e competências dos alunos.
- *Indicadores contextuais*, que mostram como tais habilidades estão relacionadas a importantes variáveis demográficas, sociais, econômicas e educacionais.
- *Indicadores de tendências*, que emergirão a partir dos dados a serem coletados ao longo da próxima década.

O PISA está programado para ocorrer em ciclos, a cada três anos, cobrindo as áreas de Leitura, Matemática e Ciências. Em 2000, realizou-se o primeiro ciclo cuja área principal era a de Leitura e no segundo ciclo, em 2003, a área principal foi Matemática.

A prova do PISA do segundo ciclo incluiu itens de Resolução de Problemas, assunto que não foi abordado em 2000.

As ações principais do PISA foram realizadas neste ano, já que foi o ano de aplicação do instrumento principal da avaliação. O PISA foi aplicado, em 2003, em 5235 alunos de 15 anos, em 229 escolas e em 175 municípios brasileiros de todas as cinco regiões do país.

2.1.4.2 – Gestão Orçamentária

Em 2003 os gastos do PISA foram custeados pelo projeto BRA/99/018 do PNUD.

Não houve inexecução de atividades por falta de recursos orçamentários.

2.1.4.1.3 – Gestão Financeira

O programa em 2003 utilizou R\$650.558,92 (seiscentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos) dos recursos disponíveis no projeto citado. Não houve inexecução de atividades por falta de recurso financeiro.

2.1.4.1.4 – Gestão Patrimonial

Os recursos de suporte e finalísticos foram adequados a execução de atividades do programa.

2.1.4.1.5 – Gestão de Pessoas

Não foi realizada nenhuma ação de valorização do servidor relacionada ao programa e não houve ação disciplinar contra nenhum técnico envolvido no PISA.

Para o PISA 2003 foram contratados diversos profissionais para execução dos serviços de treinamento de aplicadores, tradução de instrumentos, aplicação do teste, digitação e correção do teste. O gasto total foi de R\$401.199,91 (quatrocentos e um mil cento e noventa e nove reais e noventa e um centavos).

2.1.4.1.6 – Gestão do Suprimento de Bens e Serviços

Os gastos com Contratações de Serviços foram:

R\$ 1,00

Instituição	Serviço	Gasto
Academia de Tênis Resort	Aluguel de espaço físico do Seminário do PISA.	10.179,40
Miami Sound Vídeo	Serviço de som Seminário do PISA.	4.266,00
Global Turismo	Aluguel de espaço físico para treinamento dos aplicadores do PISA 2003.	1.321,70
RD eventos	Aluguel de Telão e Computadores.	3.785,00
Sul América Seguros	Seguro de vida dos aplicadores do PISA.	1.817,00
Voetur TER	Passagens.	112.988,82
Stiloplast I. e Comércio	Venda de envelopes.	3.430,00
Gráfica e editora Ideal	Serviços Gráficos referentes à prova.	27.218,15
Papelaria ABC	Venda de etiquetas.	747,50
Hotel Phenicia	Aluguel de espaço físico para correção do PISA .	20.895,44

Papelaria Papelucho	Venda de Caixas.	4.450,00
---------------------	------------------	----------

2.2 – DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DAEB)

2.2.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.2.1.1 – Competências Legais e Regimentais

A Diretoria de Avaliação da Educação Básica - DAEB é um órgão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação - MEC.

Tem como principais atribuições: (i) definir parâmetros, critérios e mecanismos de realização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB; (ii) coordenar o processo de aplicação do SAEB; (iii) apoiar técnica e operacionalmente as secretarias estaduais e municipais de educação no tocante à estruturação de sistemas de avaliação da educação básica, articulando esses sistemas com o SAEB; (iv) manter parcerias internacionais, articulando o SAEB com outros sistemas de instituições e organizações públicas e privadas que atuam na área de avaliação educacional, objetivando tanto a incorporação de novas tecnologias quanto a troca do conhecimento desenvolvido nessa área; (v) preparar e disponibilizar dados e informações resultantes de avaliações e estudos realizados no seu âmbito; (vi) organizar, implementar e ampliar o Banco Nacional de Itens, por meio do desenvolvimento de estudos e instrumentos de avaliação.

Para o efetivo cumprimento de suas atribuições, a DAEB organiza seu trabalho em duas coordenações: a Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e a Coordenação-Geral do Banco Nacional de Itens.

2.2.1.1.2 – Público Alvo dos Processos Gerenciais

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, desde sua implantação, vem gerando informações que se constituem em valiosa contribuição para o monitoramento da qualidade, eficiência e equidade da educação brasileira, produzindo subsídios para a formulação de políticas educacionais, mediante trabalho sistemático de

aferição da qualidade do ensino, nos níveis fundamental e médio, e dos fatores associados à sua melhoria.

No exercício de 2003, esta Diretoria, consoante com os compromissos firmados pelo novo Governo, conformou sua atuação, enfatizando ações que propiciassem oferecer maior visibilidade às informações produzidas; intensificando o debate público sobre as desigualdades e iniquidades dos sistemas educacionais; fortalecendo a articulação interinstitucional; estimulando uma participação mais ativa de distintos segmentos da sociedade.

Visando a garantir uma melhor divulgação dos dados e resultados do SAEB, assim como o monitoramento de sua utilização para formulação de políticas públicas, foi promovida uma melhor articulação entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Ministério da Educação (MEC).

A ampla divulgação dos resultados do SAEB, na forma de artigos, análises, entrevistas e eventos, se, por um lado, permitiu revelar e trazer ao debate público o dramático quadro da educação brasileira: do fracasso, da desigualdade, da iniquidade, da exclusão; por outro lado, colocou na agenda nacional a necessidade inadiável de traçar diretrizes para a implantação de programas e ações comprometidas com uma educação inclusiva de qualidade, de modo a assegurar a todos o direito de aprender.

Nesta perspectiva, em primeira instância, as ações desenvolvidas pela Diretoria, inseridas no Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais, assessoram as políticas do Ministério da Educação, mas também contribuem, diretamente, com o desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de ensino, provendo-lhes informações que permitem a avaliação de desempenho e a definição de prioridades em projetos e programas a serem implementados.

2.2.1.1.3 – Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica estão vinculadas ao Programa 0048 – Estatísticas e Avaliações Educacionais.

- 4022: SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – 12.126.0048.4022.0001

2.2.1.1.4 – Indicadores Relevantes

Indicadores de Desempenho Social

- ✓ *Utilização de resultados para subsidiar a formulação de políticas voltadas para a melhoria da qualidade e equidade da educação brasileira*

As informações produzidas têm orientado as políticas, estimulado e subsidiado o debate público em torno deste tema, o qual passou a ocupar lugar de grande relevância na agenda da sociedade brasileira.

O SAEB tem fornecido elementos para a implantação de políticas públicas. O diagnóstico realizado auxiliou, por exemplo, na formulação do Toda Criança Aprendendo, programa lançado pela Secretaria de Educação Infantil e Fundamental do MEC, em junho, que se apóia em quatro pontos básicos: uma política nacional de valorização e formação de professores; a ampliação do atendimento escolar; o apoio à construção de sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica; e o letramento da população estudantil.

Outros efeitos das estratégias e linhas de ação adotadas nesta Diretoria podem ser medidos pela:

- a) ampliação da abrangência dos sistemas de avaliação e de informações educacionais, incluindo a incorporação de novas áreas temáticas necessárias à definição de políticas públicas em geral e educacional em particular;
 - b) melhoria da articulação entre os subsistemas existentes e incorporação de novo subsistemas em um conjunto integrado, sinérgico, vinculado aos processos decisórios;
 - c) revisão das referências geográficas, sociais e institucionais para o sistema de informação que reflitam a situação atual e suas tendências.
- ✓ *Manutenção de séries históricas (evolução do desempenho do sistema educacional), por meio da realização do sétimo ciclo do Saeb – Saeb/2003*

O aperfeiçoamento do processo de operacionalização do SAEB, buscando torná-lo cada vez mais eficiente na coleta dos dados foi também um dos principais alvos da Diretoria no período. Neste sentido, os mecanismos para contratação da empresa responsável pela execução foram aperfeiçoados de forma a assegurar a qualidade de todos os passos da avaliação.

Além disto, diversos profissionais de reconhecida experiência foram incorporados aos processos preparatórios e de execução do ciclo deste ano, quer seja como colaboradores para a elaboração das provas e reformulação dos questionários, ou ainda como no dimensionamento do universo de referência e desenho do plano amostral.

O Saeb de 2003 apresentou algumas inovações na amostra, sendo a mais significativa delas a inclusão de alunos do Programa Bolsa Escola. Esta inclusão exigiu que, além da amostra comum do SAEB, fosse constituída uma amostra complementar de alunos beneficiários do Programa Bolsa Escola Federal. A amostra complementar envolveu cerca de 45.000 alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental.

Aproximadamente 300 mil alunos, cerca de 17 mil professores e 6 mil diretores de 6.270 escolas de todo o Brasil compuseram a amostra do SAEB 2003.

✓ *Cooperação técnica a estados e municípios*

Intensificação do contato com os gestores educacionais das unidades da federação para alcançar, concomitantemente, uma maior motivação para o estabelecimento de novos acordos de cooperação técnica e o fortalecimento dos já existentes. Para tanto, foram realizadas várias reuniões técnicas com Secretários de Educação dos Estados e Municípios, o que resultou em ações, convênios e acordos de cooperação.

A fim de capacitar técnicos estaduais em estratégias, em interpretação dos resultados do Sistema de Avaliação e em divulgação dos resultados do SAEB 2001, foram realizados 4 encontros regionais.

Realização de oficinas para capacitação de equipes estaduais e municipais para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.

2.2.1.1.5 – Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

Programa: Estatísticas e Avaliações Educacionais					
Objetivo: o mesmo					
Ação: SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - 12.126.0048.4022.0001					
Programação:			Execução		
Quantidade	Prazo	Custo/Gasto	Quantidade	Prazo	Custo/Gasto
Especificação: Sistemas educacionais avaliados					
27	12 meses	R\$8.494.275,00*		12 meses	R\$7.398.880,00
* Programação corrigida: R\$7.533.275,00					

2.2.1.1.6 – Resumo das Principais Atividades Desenvolvidas em 2003

Ação: Sistema Nacional de avaliação da Educação Básica - SAEB

2.2.1.1.6.1 – Divulgação dos resultados do SAEB 2001

- Análise dos resultados, produção e publicação de documentos

A atual gestão assumiu como uma de suas prioridades para o ano de 2003 divulgar, de forma efetiva e exaustiva, os resultados do SAEB 2001. Para tanto, utilizou-se de três estratégias básicas: produção de material impresso, campanha massiva via imprensa e realização de encontros regionais.

Foram publicados e distribuídos os seguintes documentos:

- a) Relatório Nacional 2001 – (1.500 exemplares);
- b) Relatório SAEB 2001- Matemática – (28.500 exemplares distribuídos a todas as escolas participantes da aplicação do SAEB em 2001);
- c) Relatório SAEB 2001- Língua Portuguesa – (28.500 exemplares distribuídos a todas as escolas participantes da aplicação do SAEB em 2001);
- d) Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4^a. Série do Ensino Fundamental - (500 exemplares);
- e) Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8^a. série do Ensino Fundamental; (1500 exemplares)
- f) Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes do 3^o ano do Ensino Médio. (1500 exemplares)

Foram ainda produzidos e estão em fase final de preparação para divulgação os seguintes estudos:

- a) Levantamento de práticas educacionais contra o racismo;
- b) As desigualdades educacionais: diferenças de desempenho dos estudantes em função da cor, conforme os resultados do SAEB 2001;
- c) Diferenças de desempenho entre os estudantes pelas regiões brasileiras, conforme os dados coletados pelo SAEB 2001.

▪ **Eventos de divulgação**

Visando à maior apropriação dos resultados produzidos pelo SAEB, a DAEB intensificou amplamente a articulação com Secretarias do MEC, definindo um plano de interlocução permanente com a Secretaria de Educação Infantil e Fundamental – SEIF e a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico –SEMTEC, além da Gerência do Programa Bolsa Escola Federal.

Foram realizados 4 encontros regionais, entre os meses de maio e julho do corrente ano, sobre a utilização dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). .

▪ **Divulgação na mídia impressa e eletrônica**

Para dar ampla visibilidade ao SAEB e, especialmente, de massificar de forma mais acentuada os dados do ciclo de 2001, até então pouco explorados, uma das iniciativas foi promover uma ampla divulgação via imprensa escrita. Este esforço gerou inúmeras matérias, da mídia impressa e virtual. No total foram catalogadas 199 matérias veiculadas em diversos órgãos da imprensa nacional, dos mais variados estados e municípios.

Além disso, a *home-page* contendo informações sobre o SAEB foi reformulada, as informações ali contidas foram reescritas e reorganizadas de forma a permitir uma melhor compreensão do SAEB, suas metodologias e resultados.

▪ **Cessão das bases de dados e documentos de apoio técnico a estudos**

Para cumprir o seu propósito de dar transparência aos resultados do SAEB e ainda, agregar informações e experiências, a DAEB tem facilitado o acesso às bases de dados, aos interessados no desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de avaliação educacional provenientes de universidades e instituições pesquisa.

Foram realizadas cessões das bases de dados, relatórios e outros documentos beneficiando as instituições:

- a) Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAED, da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- b) Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida – LabPAM, da Universidade de Brasília;
- c) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/ Rio;
- d) UNESCO

2.2.1.1.6.2 – Realização do SAEB 2003

▪ **Construção e revisão de instrumentos – provas e questionários**

Para a estruturação dos cadernos a serem aplicados em 2003 foram realizadas duas reuniões para a seleção de itens e montagem dos testes do SAEB, uma para Língua Portuguesa, outra para Matemática. As reuniões contaram com a participação de professores e especialistas nas disciplinas, psicometristas e estatísticos.

Itens aprovados pedagógica e psicometricamente dos dois pré-testes de 2001, pré-teste de 2002 e pré-teste de 2003 foram submetidos a uma avaliação e seleção para a composição dos testes.

Para cada série e disciplina foram montados 13 blocos de 13 itens. Dos 13 blocos de 4a série, 11 foram compostos de itens inéditos e 2, de itens de 4a Série do SAEB 2001. Dos 13 blocos de 8a Série do E.F. e 3a Série do E.M., 2 blocos também eram provenientes das respectivas séries do SAEB 2001; 3 blocos, provenientes da série anterior de 2003; e 8 blocos, inéditos.

Cada bloco de itens foi montado segundo uma hierarquia de prioridades e posteriormente ordenado por uma distribuição normal de dificuldades. A combinação dos blocos, orientada pelo delineamento de Blocos Incompletos Balanceados (BIB), resultou na montagem de 26 cadernos de teste para cada série e disciplina.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade dos dados de contexto produzidos pelos questionários do SAEB e ainda, possibilitar a produção de informações acerca de novos aspectos da realidade educacional que ora se mostram imprescindíveis de serem analisados, realizou-se uma ampla revisão destes instrumentos, que contou com a participação de uma equipe multidisciplinar: especialistas em educação, estatística, ciências sociais, representantes de programas sociais (Bolsa Escola Federal) das secretarias fim do MEC (Secretaria de Educação Infantil e Fundamental – SEIF e Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico – SEMTEC) e de instituições de pesquisa, além do IPEA, IBGE, Universidade de Brasília.

2.2.1.1.6.3 – Renovação e Intensificação da Cooperação Técnica

- Realização de reuniões técnicas;
- Acordos de Cooperação firmados e assessoria prestada
 - a) Avaliação da Proficiência dos Estudantes do Município de Sobral/CE;
 - b) Avaliação da Proficiência dos Estudantes do Estado do Amazonas; Encontros Regionais;
 - c) Oficinas de capacitação em elaboração de itens (Brasília, Maranhão e Espírito Santo).

2.2.1.1.6.4 – Aperfeiçoamento e manutenção do BNI

- Elaboração (660) , revisão (4.408) e pré-testagem de 910 itens;
- Revisão do Guia de Elaboração de Itens

2.2.1.1.6.5 – Concepção e desenvolvimento da rede nacional de avaliação

O Ministério da Educação, visando dar seguimento ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual prescreve a implantação de um sistema nacional de avaliação do rendimento escolar, adotou como estratégia para implementar tal sistema a criação de uma Rede Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Tem por objetivo fomentar a criação de Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica, em regime de colaboração entre o INEP e as Secretarias Estaduais, pactuando-se alguns princípios metodológicos os quais irão permitir a comparabilidade de

resultados entre o Sistema Nacional (SAEB) e os sistemas estaduais. Nesse sentido, foram celebrados três convênios:

- a) Secretaria Estadual de Mato Grosso do Sul;
- b) Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Acre;
- c) Universidade Federal de Juiz de Fora, com o objetivo de apoiar a implementação dos programas estaduais de avaliação do rendimento escolar nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Acre;
- d) estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO.

2.2.1.1.6.6 – Integração a Projetos Internacionais de Avaliação

- UNESCO/OREALC

A participação do Brasil em projetos internacionais de avaliação tem propiciado a troca de experiências, bem como a incorporação de conhecimento técnico e metodológico necessário à realização de projetos de avaliação comparativa.

Dentro dessa perspectiva, esta Diretoria participou , no período de 17 a 20 de junho de 2003 da XIII Reunião de Coordenadores Nacionais do LLECE, projeto da UNESCO/OREALC, na cidade de Santo Domingo – República Dominicana.

- **Cúpula das Américas**

Na III Reunião de Ministros de Educação, realizada em agosto de 2003 no México, ficou acordada a continuidade do Plano de Ação em Educação. Neste plano está incluída uma linha de ação vinculada ao desenvolvimento de indicadores e avaliação da qualidade da Educação, sendo o Brasil, o país responsável pelas ações de avaliação e o México pelo desenvolvimento de indicadores educacionais.

Em novembro de 2003, foi realizada uma reunião em Washington/ USA, onde os países responsáveis (Brasil e México) pelo projeto de Avaliação e Indicadores Educacionais planejaram desenvolver ações para fortalecer os sistemas de informação da Região. A condução do projeto se desenvolverá entre os dois países, a partir de 2004.

2.2.2 – Gestão Orçamentária

Causas de Inexecuções/ Medidas Implementadas

2.2.2.1 – Ocorrências na Programação

Não há fatos a registrar.

2.2.2.2 – Ocorrências na Execução

Comportamento da execução

Ação: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB

Orçamento2003 : R\$7.533.275,00

Total realizado em 2003: R\$7.7.398.880,16

% de execução: 98,22 %

2.3 – Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DEAES)

2.3.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.3.1.1 – Competências Legais e Regimentais

A Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior tem como competências:

- propor, planejar, programar e coordenar ações voltadas à produção de dados estatísticos da educação superior;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a coleta de dados e informações da educação superior;
- promover a coleta sistemática de estatísticas da educação superior;
- propor, planejar, programar e coordenar ações voltadas para a avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, articulando-se com os sistemas federal e estaduais de ensino;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização do Exame Nacional de Cursos – ENC; e
- coordenar o processo de aplicação e consolidar os resultados e produtos referentes ao ENC.

2.3.1.2 – Público Alvo dos Processos Gerenciais

O governo, como formulador de políticas públicas, comunidade acadêmica, e sociedade civil.

2.3.1.3 – Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

As ações da Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior são desenvolvidas no âmbito do Programa 0048 – Estatísticas e Avaliações Educacionais:

- Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação – Funcional Programática 12.364.0048.4465.0001.
- Avaliação Institucional – Funcional Programática 12.364.0048.4473.0000.
- Censo do Ensino Superior – Funcional Programática 12.126.0048.6503.0001.
- Exame Nacional de Cursos de Graduação - Funcional Programática 12.364.0048.4016.0001.

2.3.1.4 – Indicadores Relevantes

Desempenho social:

- Subsídios de dados à sociedade para apropriação de informações sobre a Educação Superior
- Interação com pesquisadores e gestores educacionais para estudos e elaboração de políticas pedagógicas e educacionais.

2.3.1.5 – Demonstrativos de Comportamento da Metas Anuais

Programa: Estatísticas Educacionais - 0048

Ação: Avaliação das Condições de Ensino – Funcional Programática
12.364.0048.4465.0001

Meta física programada no PPA: 1.900* cursos avaliados

Meta realizada: 1.697 cursos avaliados

* A meta física indicada na pré-proposta orçamentária para 2003, encaminhada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC por meio do Ofício MEC/INEP/GAB nº 003085 de 19/06/2002, previa a realização de 3.084 avaliações assim identificadas:

- Avaliações periódicas	1.734
- Avaliações para fins de reconhecimento	1.200
- Avaliações para fins de renovação do reconhecimento	150

Face às discussões e estudos para implantação de um novo sistema de avaliação da educação superior, bem como a falta de avaliadores capacitados, cabe esclarecer que o INEP recebeu da SESu 2.284 solicitações de avaliação das quais foram priorizadas e efetivadas 1.697 avaliações para fins de reconhecimento e renovação do reconhecimento, notadamente aquelas cujos cursos estariam formando turmas no ano de 2003. A realização das demais avaliações está prevista para 2004. É importante registrar que as avaliações periódicas previstas não ocorreram.

Cabe esclarecer, ainda, que a limitação indicada para o INEP de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para inscrição de despesas em restos a pagar não processados ocasionou a necessidade de cancelamento de empenhos relativos a pró-labores de avaliadores, cujos pagamentos serão efetivados em 2004.

Programa: Estatísticas Educacionais - 0048

Ação: Avaliação Institucional – Funcional Programática: 12.364.0048.4473.0000

Meta física programada no PPA: 1.389* instituições avaliadas

Meta executada: 52 instituições avaliadas

A meta física indicada na pré-proposta orçamentária para 2003, encaminhada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC por meio do Ofício MEC/INEP/GAB nº 003085 de 19/06/2002, previa a avaliação de 160 instituições, conforme identificado abaixo:

1) Centros Universitários	30
2) Universidades	30
3) Faculdades	100

1) Quanto ao número previsto de Centros Universitários cabe esclarecer que 34 instituições solicitaram credenciamento junto à SESu, das quais 28 foram

efetivamente avaliadas. As demais que não foram realizadas estão no aguardo da análise de documentação pela SESu.

2) As universidades previstas não foram avaliadas por falta de instrumento próprio. É importante destacar que a minuta de instrumento encontra-se no CNE, para análise e considerações.

3) Do número previsto de faculdades, 34 instituições solicitaram credenciamento junto à SESu, das quais 24 foram efetivamente avaliadas. As demais que não foram realizadas estão no aguardo da análise de documentação pela SESu.

Quadro Resumo

IES	Meta pré-proposta	Solicitações em 2003	Instituições avaliadas	Instituições não avaliadas*
Centros Universitários	30	34	28	6
Universidades	30			
Faculdades	100	34	24	10
Total	160	68	52	16

*em relação ao total de solicitações

Registre-se, ainda, que na pré-proposta mencionada, para os Centros Universitários e Faculdades foram previstos três avaliadores para a verificação in loco e para as Universidades, cinco avaliadores.

Programa: Estatísticas Educacionais - 0048

Ação: Censo do Ensino Superior – Funcional Programática: 12.126.0048.6503.0001

Meta física programada no PPA: 1 censo realizado

Meta executada: 1 censo

O Censo do Ensino Superior foi preenchido com cadastro de 1.680 instituições aptas, com autorização pelo MEC. Foram realizados, também, ajustes no sistema de coleta dos dados, a fim de proporcionar a flexibilização do formulário eletrônico para melhor adequação da coleta à diversidade e às peculiaridades de cada IES. Foi desenvolvido, também, o módulo extensão para retratar como as IES se comportam na relação com a sociedade civil.

Programa: Estatísticas Educacionais - 0048

Ação: Exame Nacional de Cursos de Graduação – Funcional Programática: 12.364.0048.4016.0001

Meta física programada no PPA: 24 cursos avaliados

Meta executada: 26 áreas de conhecimento avaliadas

O Exame Nacional de Cursos 2003, aplicado em junho, avaliou 26 áreas do conhecimento: Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, história, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Química, contando com a participação de 423.946 alunos, oriundos de 5.897 cursos. O resultado da avaliação no Exame demonstrou dados relevantes de oferta, demanda e análise econômico-social da população acadêmica, no âmbito da educação superior.

2.3.2 – Gestão Orçamentária

Ação – Avaliação das Condições de Ensino

Orçamento 2003: R\$ 17.988.053

Total Realizado em 2003: R\$ 7.135.265

% de execução: 39,67%

Causas de inexecuções:

Número menor de cursos avaliados em relação ao programado na pré-proposta orçamentária, conforme indicado no item 1.5.

Ação – Avaliação Institucional

Orçamento 2003: R\$ 2.043.010

Total Realizado em 2003: R\$ 405.578

% de execução: 19,85%

Causas de inexecuções:

Número menor de instituições avaliadas em relação ao programado na pré-proposta orçamentária, conforme indicado no item 1.5.

Ação – Censo do Ensino Superior

Orçamento 2003: R\$ 3.430.000

Total Realizado em 2003: R\$ 509.212

% de execução: 14,85%

Causas de inexecuções:

O orçamento de 2002 para o Censo do Ensino Superior foi o mesmo previsto para 2003. No entanto, cabe registrar que em 2002 R\$2.930.000,00 (dois milhões, novecentos e trinta mil reais) foram executados por intermédio de convênios para implantação do sistema do SIGA – Sistema de Indicadores de Gestão e Avaliação e Adequação tecnológica de sítios na Internet e sistemas distribuídos via Web. O restante dos recursos foi executado via transferência a organismo internacional.

Em 2003 o censo foi realizado, porém as adequações nos sistemas implantados em 2002, bem como o desenvolvimento de módulo para coleta de informações sobre cursos de extensão foram realizados por profissionais do próprio INEP o que resultou no alcance da meta física e a baixa execução orçamentária. É importante esclarecer, também, que o treinamento das IES previsto para novembro de 2003 não ocorreu, tendo sido transferido para o início de 2004.

Ação – Exame Nacional de Cursos de Graduação

Orçamento 2003 (LOA+Créd.): R\$ 28.136.925

Total Realizado em 2003: R\$ 27.469.388

% de execução: 97,63%

Não há fatos a registrar.

2.4 – DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DEEB)

2.4.1- Gestão Operacional/Finalística

2.4.1.1– Competências Legais e Regimentais

Esta ação está embasada na legislação vigente, § 3º do art. 208 da Constituição Federal/ 88, § 1º do Art. 5º e 9º da lei número 9394/ 96 - LDB, § 4º do art. 2º da lei número 9424/96 (Fundef), Decreto nº 2.264/97, Portaria Ministerial nº 177/98 e no Regimento interno do Inep.

Anualmente, é realizado o levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional.

É formalizada por meio da celebração de convênios com as Secretarias de Educação Estaduais e do Distrito Federal, fornecendo assim apoio financeiro concretização do Censo Escolar.

2.4.1.2 – Público Alvo

A ação tem como público alvo gestores do governo nos seus três que trabalham com Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e modalidades – Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

2.4.1. 3 – Vinculação com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

A ação consta do Plano Plurianual(PPA) 2000-2003 no Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais(0048), ação Censo Escolar da Educação Básica 12.126.0048.4014.0001, abrangência nacional, realizado anualmente.

2.4.1. 4 – Indicadores Relevantes

Indicadores de desempenho social:

- 1) Número de escolas públicas e privadas que respondem ao Censo Escolar
- 2) Instituições governamentais e não-governamentais que solicitam informações a serem obtidas a partir do Censo Escolar
- 3) Atendimento específico aos órgãos repassadores de recursos e de controle que têm como referência os dados do Censo Escolar
- 4) Atendimento à solicitação de capacitação técnica para implantação de sistemas desenvolvidos pela DEEB/INEP
- 5) Formação permanente das equipes estaduais para a realização do Censo Escolar
- 6) Estudos específicos da Diretoria
- 7) Elaboração de Sinopses Estatísticas

Indicadores econômicos – não se aplicam

Indicadores financeiros – não se aplicam

2.4.1.1.5 – Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

2.4.1.1.5.1 - Ação: Censo Escolar da Educação Básica (12.126.0048.4014.0001)

2.4.1.1.5.1.1 - Atividade: Apoio financeiro às Secretarias Estaduais de Educação para a realização do Censo Escolar

Especificação: Celebração de convênios com as Secretarias Estaduais de Educação e com o Distrito Federal.

Prazo	Custo/Gasto Programado	Natureza de Despesa	Prazo	Custo/Gasto Executado
12 meses	2.283.000,00	333000/443052	12 meses	2.283.000,00
TOTAL	2.283.000,00		TOTAL	2.283.000,00

2.4.1.1.5.1.2 - Atividade: Implementação do SIED

Especificação: Transferências a Organismos Internacionais – PNUD BRA/96/026.

Prazo	Custo/Gasto Programado	Natureza de Despesa	Prazo	Custo/Gasto Executado
19 meses	2.300.000,00	338000	19 meses	1.452.530,35
TOTAL	2.300.000,00		TOTAL	1.452.530,35

2.4.1.1.5.1.3 - Atividade: Manutenção da Diretoria, realização de treinamentos, averiguações “in loco” e contrato de terceirização.

Prazo	Custo/Gasto Programado	Natureza de Despesa	Prazo	Custo/Gasto Executado
12 meses	1.441.941,81	339000	12 meses	103.887,56
TOTAL	1.441.941,81		TOTAL	103.887,56

2.4.1.1.5.1.4- Atividade: Elaboração de sinopses, material para treinamentos e publicação DOU

Prazo	Custo/Gasto Programado	Natureza de Despesa	Prazo	Custo/Gasto Executado
12 meses	3.254.553,88	339000	12 meses	-
TOTAL	3.254.553,88		TOTAL	-

Obs.: Executado **fisicamente** pela DEEB, mas executado **financeiramente** pela DTDIE.

2.4.1.1.5.1.5 - Atividade: Realização de Pesquisas de Verificação dos Dados Declarados no Censo Escolar 2003.

Especificação: Convênio com IBGE

Prazo	Custo/Gasto Programado	Natureza de Despesa	Prazo	Custo/Gasto Executado
03 meses	918.517,31	339000	03 meses	750.854,84

TOTAL	918.517,31		TOTAL	750.854,84
-------	------------	--	-------	------------

Observação: Da dotação orçamentária inicial de **R\$ 10.190.000,00** foram repassados R\$ 722.000,00(setecentos e vinte e dois mil reais) ao Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão

2.4.1.1.5.2 – Ação: Censos, Exames e Aval. Especiais (12.126.0048.3090.0001)

2.4.1.1.5.2.1 – Atividade: Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Prazo	Custo/Gasto Programado	Natureza de Despesa	Prazo	Custo/Gasto Executado
06 meses	3.736.650,00	339000	06 meses	3.491.800,35
TOTAL	3.736.650,00		TOTAL	3.491.800,35

Observação: Da dotação orçamentária inicial de R\$ 3.736.650,00(três milhões setecentos e trinta e seis mil seiscentos e cinquenta reais) foram repassados R\$ 8.845,00(oito mil oitocentos e quarenta e cinco reais) para o Exame Nacional de Cursos de Graduação – Provão

2.4.1.1.6 – Balanço Social

□ Censo Escolar

➤ CENSO ESCOLAR DE 2002

- As informações censitárias de 2002 retornaram às escolas em março de 2003, junto ao questionário do Censo Escolar do mesmo ano;
- A sinopse estatística da Educação Básica/2002 foi elaborada e distribuída, em sua versão papel, em outubro/2003. Encontrando-se disponível, também, no [site www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

➤ CENSO ESCOLAR DE 2003

- Definição da transferência dos recursos financeiros para apoio a realização do Censo Escolar de 2003, a serem repassados às Secretarias Estaduais de Educação, mediante convênio, conforme Portarias Nº 12 e Nº 13 de 16 de abril de 2003, publicadas no D.O.U. de 22 de abril de 2003;
- Acompanhamento dos procedimentos de formalização e assinatura dos convênios INEP/Secretarias Estaduais de Educação;

- Análise dos pedidos de alterações dos Planos de Trabalhos, feitos pelas Secretarias Estaduais, com vistas à melhoria da realização do Censo Escolar 2003;
- Definição do formulário, desenvolvimento do aplicativo para o processamento e a integração SIED-Censo;
- Após adequação do sistema de processamento do Censo Escolar 2003, foram realizados testes com vistas à liberação dos módulos: nacional, estadual, regional, municipal e do questionário via internet;
- Atualização dos bancos de dados das unidades estaduais, bem como a instalação dos módulos via rede implantada nas secretarias estaduais de educação e mantida pelo INEP/MEC;
- Realização de treinamento de multiplicadores para a coleta de informações do Censo Escolar 2003, no período 19 a 21 de fevereiro de 2003, com a participação de 2 técnicos de cada secretaria estadual de educação, 1 representante de cada UNDIME estadual e 1 representante de cada secretaria municipal de educação dos municípios capitais;
- Acompanhamento e supervisão da confecção dos questionários, principalmente, quanto a impressão e acondicionamento dos questionários com dados variáveis;
- Envio dos questionários do Censo Escolar 2003, nos meses de fevereiro e março, junto com as informações censitárias de 2002;
- Realização de treinamento dos operadores do Fala Brasil – 0800 616161 – para apoio à coleta do Censo Escolar, em março de 2003;
- Assistência técnica contínua às unidades de estatística das secretarias estaduais;
- Realização do processo de consistência de dados no período de abril a julho/2003 nos estados, sob a supervisão do INEP. À medida que esses dados foram sendo enviados ao INEP, se iniciou um novo processo de consistência, complementar ao primeiro, que durou de julho a agosto/2003;
- Publicação dos resultados preliminares do Censo Escolar de 2003 no Diário Oficial dia 29 de agosto;
- Análise dos recursos de revisão do Censo Escolar, previstos na legislação vigente, enviados até 30 de setembro, durante os meses de outubro a dezembro/2003;
- Correção do banco de dados em função dos recursos e dos resultados da pesquisa durante os meses de outubro a dezembro/2002;
- Verificação *in loco* das informações relacionadas ao Censo Escolar 2003 em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de outubro a dezembro;
- Verificação *in loco* de denúncias, envolvendo o Censo Escolar, nos seguintes estados:
 - Goiás (Goiânia, Trindade, Aparecida de Goiânia e Anápolis);
 - Piauí (São Raimundo Nonato);
 - Bahia (Serrinha, Igaporã e Mucuri);
 - Maranhão (Penalva e Imperatriz);

- Pará (São João do Araguaia e Terra Alta);
- Republicação dos resultados no Diário Oficial prevista para dezembro de 2003, por meio da Portaria Ministerial; e
- Início da elaboração da Sinopse Estatística da Educação Básica/2003, após a republicação dos resultados, quando será enviada para editoração e posterior publicação, devendo estar concluída entre os meses de fevereiro e março de 2004.

➤ PREPARAÇÃO DO CENSO ESCOLAR DE 2004

- Reunião Técnica para avaliação do censo anterior, definição de procedimentos para o censo seguinte e aprovação do questionário (01,02 e 03 de outubro de 2003);
- Reunião Técnica com os Coordenadores Estaduais de Estatística e com executores/gerenciadores dos convênios (13 e 14 de novembro de 2003);
- Elaboração do Termo de referência para a contratação de serviços gráficos para confecção dos questionários do Censo Escolar de 2003, em novembro de 2003;
- Início do processo licitatório para confecção dos questionários a serem utilizados no Censo Escolar, em novembro de 2003;
- Acompanhamento e supervisão do início do processo de confecção, impressão e distribuição dos questionários do Censo Escolar; e
- Atualização do SIED com a implantação das tabelas necessárias à execução do Censo escolar;

□ **LEVANTAMENTOS ESPECIAIS**

➤ CENSO ESPECIAL PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM BRAILE

Este levantamento especial foi realizado nos meses de maio e junho de 2003, em parceria com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, com o objetivo de dimensionar a quantidade de alunos com deficiência visual, matriculados por série, no ensino Fundamental, uma vez que o FNDE distribuirá, em 2004, livros didáticos em braile para esses alunos. Foram realizadas as seguintes atividades:

- Distribuição do questionário às escolas que declararam a presença de alunos com deficiência visual e disponibilização do questionário na *Internet*;
- Recebimento das respostas de 2.129 escolas, onde foi identificada a existência de 3.802 alunos deficientes visuais, sendo trabalhados por 2.120 professores.

➤ CENSO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

A realização do Censo dos Profissionais do Magistério tem por objetivo identificar o perfil do professor e formar um cadastro para o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica, visando subsidiar as políticas dos governos federal, estadual e municipal em relação à formação e à valorização dos Profissionais do Magistério, conhecendo melhor a realidade das escolas e em que condições acontecem o processo de ensino aprendizagem em seus diversos aspectos. Para tanto, foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração do Projeto Básico e realização do pregão para contratação da gráfica visando a confecção, impressão e distribuição dos questionários do Censo dos Profissionais do Magistério em grupos por escola, município e estado, em outubro de 2003;
- Acompanhamento e controle de envio e chegada dos questionários às escolas, no período de 13/11 à 01/12/2003, junto à *Empresa, Comércio e Indústria Multiformas Ltda*, contratada conforme o item anterior;
- Treinamento dos operadores do Fala Brasil – 0800 616161 – para apoio à realização do Censo dos Profissionais do Magistério, em novembro de 2003;
- Controle do recebimento dos questionários devolvidos pelas escolas à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino e Extensão (FADEP)/ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) até 31 de dezembro;
- A partir de dezembro/2003, iniciou-se o acompanhamento e supervisão do processo de leitura dos questionários pela FADEPE/UFJF, para garantir a fidedignidade das informações coletadas;

Divulgação dos resultados do Censo dos Profissionais do Magistério previsto para final do mês de fevereiro de 2004.

2.5 – Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE)

2.5.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.5.1.1 – Competências Legais e Regimentais

A Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais tem como competências: coordenar a execução estratégica de disseminação, identificando os produtos e meios adequados à divulgação de informações, com vista a ampliar o acesso e a consolidação dos produtos desenvolvidos pelo INEP; propor a formulação e coordenar a execução da política de disseminação e documentação de informações educacionais, oferecendo suporte à divulgação de resultados e produtos dos sistemas de avaliação e indicadores e estatísticas educacionais em articulação com os demais órgãos; coordenar a coleta, a sistematização e a produção de informações referenciais em educação; propor a formulação e coordenar a execução da política de atualização e aquisição de material bibliográfico e documental; desenvolver, manter e dar suporte aos sistemas informatizados do órgão bem como administrar os recursos de informação e informática de forma integrada; organizar e sistematizar dados e informações relacionados às áreas responsáveis pelos processos de estudo e avaliação educacional; formulação e coordenação da execução da política de disseminação e documentação de informações educacionais; levantamento das informações sobre gastos e financiamento da educação brasileira e coordenação nacional de alguns projetos internacionais.

A Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Inep, organiza seu trabalho em cinco Coordenações-Gerais: a de Sistema Integrado de Informações Educacionais, a de Sistemas de Informática, a de Estatísticas Especiais, a de Informação e Biblioteca em Educação e a de Linha Editorial e Publicações.

2.5.1.2 – Público Alvo dos Processos Gerenciais

As ações desenvolvidas pela Diretoria em sua maioria inserem-se no Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais, Programa esse que abrange eminentemente funções inerentes a atividades exclusivas de Estado. Portanto, em se tratando de serviços ao Estado o público-alvo é o Governo. Todavia o papel desempenhado pela Instituição proporcionou a montagem de um conjunto de indicadores para tomada de decisões pelos gestores, dirigentes educacionais e sociedade em geral.

Quanto à ação Estudos e Pesquisas Educacionais, que integra o Programa Gestão da Política de Educação, o objetivo maior da ação é a análise dos gastos com Educação pelos poderes públicos e seu público alvo é o próprio Governo Federal assim como os formuladores e gestores de políticas educacionais.

2.5.1.3 – Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

No âmbito do Programa 0048 – Estatísticas e Avaliações Educacionais as ações desenvolvidas pela Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais são as seguintes:

- SIEd – Sistema Integrado de Informação Educacional – 12.126.0048.4021.001
- Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais – 12.121.0048.4000.0001
- Manutenção de Serviços Administrativos/Administração da Unidade – Ações de Informática – 12.122.0048.2000.0001

No âmbito do Programa 0051 – Gestão da Política de Educação a ação desenvolvida pela Diretoria é:

- Estudos e Pesquisas Educacionais – 12.571.0051.3127.0001

2.5.1.4 – Indicadores Relevantes

- Indicadores de Desempenho Social –
 - 1 – Consultas de dados e estatísticas educacionais atendidas
 - 2 – Estudos específicos feitos pela Diretoria
 - 3 – Publicações editadas
 - 4 – Publicações distribuídas
 - 5 – Eventos realizados
 - 6 – Sistemas de acesso a bancos de dados educacionais desenvolvidos
 - 7 – Consultas bibliográficas realizadas no Centro de Informação e Biblioteca em Educação - CIBEC

2.5.1.5 – Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

Programa: Gestão da Política de Educação					
Ação: Estudos e Pesquisas Educacionais					
Objetivo: Incentivar o desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas visando beneficiar formuladores e gestores de política educacional					
Programação			Execução		
Quantidade	Prazo	Custo/Gasto	Quantidade	Prazo	Custo/Gasto
Especificação: Estudo realizado					
1 estudo	12 meses	R\$ 417.549,00	01 estudo	12 meses	R\$ 417.549,00

Programa: Estatísticas e Avaliações Educacionais					
Objetivo: Subsidiar a formulação de políticas na área educacional por meio do desenvolvimento de sistemas estatísticos de avaliação e de estudos e pesquisas educacionais					
Ação: SIEd - Sistema Integrado de Informação Educacional - 12.126.0048.4021.0001					
Programação:			Execução		
Quantidade	Prazo	Custo/Gasto	Quantidade	Prazo	Custo/Gasto
Especificação: Módulo implantado					
13 módulos	12 meses	R\$ 6.178.000,00*	13 módulos	12 meses	R\$ 5.557.683,00
Ação: Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais					
Programação:			Execução		
Quantidade	Prazo	Custo/Gasto	Quantidade	Prazo	Custo/Gasto
Especificação: Estudos/Estatísticas disseminadas					
85 unidades	12 meses	R\$ 4.800.000,00	85 unidades	12 meses	R\$ 4.602.236,74
Ação: Administração da Unidade – Ações de Informática					
Programação:			Execução		
Quantidade	Prazo	Custo/Gasto	Quantidade	Prazo	Custo/Gasto
Especificação: Estudos/Estatísticas disseminadas					
-	12 meses	R\$ 2.374.530,35	-	12 meses	R\$ 2.374.530,35

* Programação corrigida de R\$ R\$ 5.561.000,00

2.5.1.6 – Resumo das Principais atividades desenvolvidas em 2003

2.5.1.6.1 – Ação: Sistema Integrado de Informação Educacional

Este Sistema foi concebido a fim de integrar as diversas bases de dados do INEP, servindo de suporte aos diferentes programas implementados pelo MEC e demais usuários das informações educacionais. É, portanto, a base corporativa de dados do MEC/INEP, contendo as informações dos levantamentos censitários e de avaliação de todos os níveis e modalidades de ensino da educação brasileira, realizados no INEP, além das bases de dados secundárias necessárias à elaboração dos diagnósticos.

Encontra-se numa fase adiantada de implementação principalmente quanto aos levantamentos estatísticos, oferecendo, no caso da educação superior, por exemplo, uma base de informações que permite conhecer o sistema brasileiro de Educação Superior, acompanhá-lo e avaliá-lo. Informa à sociedade, ainda, sobre as instituições de ensino e seus cursos, os resultados que obtiveram nos processos oficiais de avaliação e seus principais indicadores educacionais.

Principais módulos desenvolvidos (Indicadores 1 e 6)

1. Data Warehouse – criação e implementação do Banco Multidimensional de Informações Educacionais – BMEd com os seguintes temas:

- Ensino Básico (continuação)
- Ensino Superior (continuação)
- Provão (implantação)
- Saeb (implantação)
- Enem (implantação)

2 – Implantação do novo Sítio do Inep visando facilitar o acesso do usuário externo aos sistemas do Sied:

Com o objetivo de facilitar o acesso dos usuários às suas informações educacionais, o Inep reformulou a sua página inicial na Internet. Foram feitas modificações na estrutura de navegação do sítio e criadas seções especiais. A proposta é facilitar ao máximo o trabalho de pesquisa de professores, estudiosos e gestores em educação, bem como dos estudantes do ensino médio e superior.

3 – Desenvolvimento do Dataescolabrasil: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br>

O DATAESCOLABRASIL é um módulo de consulta ao banco de dados da Educação Básica, referente ao ano de 2002, que permite o acesso a informações sobre as instituições rurais e urbanas da creche ao ensino médio, nos âmbitos federal, estadual ou municipal.

4 - Edudatabrasil: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>

O objetivo é oferecer um novo instrumento para que a sociedade possa acompanhar melhor a evolução dos indicadores educacionais do País. O Edudatabrasil pretende facilitar a consulta de informações, tanto por parte dos pesquisadores como dos gestores e do público em geral, ao oferecer um amplo leque de alternativas para a leitura do banco de dados do Inep.

5 - Atualização do sistema de cadastro das escolas do Censo Escolar:

<http://www.inep.gov.br/basica/censo/cadastroescolas/>

O Cadastro de Escolas do Censo Escolar 2002 é um banco de dados da Educação Básica que disponibiliza informações sobre as instituições rurais ou urbanas dos variados níveis e modalidades de ensino (da creche ao ensino médio), dos âmbitos federal, estadual, municipal ou particular.

6 - Atualização do sistema de consulta a matrícula do Censo Escolar, com disseminação dos dados referentes aos resultados preliminares, ano 2003:

<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricula/default.asp>

Apresenta número de alunos matriculados nos diversos níveis/modalidades de ensino.

7 – Atualização do módulo relativo aos resultados do ENC-Provão - Ano 2003:
<http://www.resultadosenc.inep.gov.br>

8 – Implantação do módulo de Divulgação dos Boletins Individuais de Desempenho do ENC-Provão

9 – Implantação do módulo de Inscrição e Acompanhamento de Seminários do Provão

10 – Implantação do módulo de Inscrição do Provão 2003

11 – Desenvolvimento do módulo Censo da Educação Superior 2003 em Java

12 – Desenvolvimento do módulo do Censo Especial para a Distribuição de Livros em Braille

13 – Desenvolvimento do módulo de consulta interna das informações relativas ao Sied-Sup (Cadastro, Censo e Avaliação)

14 – Desenvolvimento e implantação do Sied 2003

15 - Desenvolvimento do Portal do Professor cujo endereço eletrônico é:
<http://www.portaldoprofessor.inep.gov.br>

Na Área de Administração de Dados

- Criação /Manutenção dos modelos/documentações dos projetos do Inep :
- Sistema de concessão de diárias e passagens (PCD)
- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
- Exame Nacional de Curso (Provão)
- Cadastro do Ensino Superior (SiedSup)
- Censo do Ensino Superior (CenSup)
- Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb)
- Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais (SAA)
- Censo Escolar da Educação Básica (SIED)
- Censo Escolar da Educação Básica 1985 a 1995 (SIED85_95)
- Sistema de Controle de Ordem Serviço (SCOS)
- Sistema Avaliação do Ensino Básico (SISSAEB)
- Sistema Administração Escolar (SAEMEC)
- Sistema de Administração Bibliotecário (THESAURUS)
- Identificação de dados relevantes à atualidade e ao histórico do Inep.

- Identificação de nichos informacionais nas bases de dados que possam ter relevância aos projetos mantidos pelo Inep.

Módulos reformulados/mantidos

- Base de apoio ao Enem de todos os anos de aplicação – Enem_Geral
- Base de apoio ao ENCCEJA de todos os anos de aplicação – ENCCEJA
- Cadastro de pessoas relevantes aos processos do Enem – Enemvip
- Base de consulta ao local de prova do Enem – Enem_Consulta
- Base de apoio às inscrições via Internet para o Enem – Enem_Internet
- Base de apoio à análise dos itens descritores do Enem – Enem_Prof
- Base de apoio à intranet – Inepnet
- Banco de itens do Saeb – Banco-Itens
- Desenvolvimento das *procedures* para geração da Sinopse do Censo da Educação Superior 2002
- SIEdRegional
- Sied Estadual

2.5.1.6.2 – Ação: Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais

O sistema de informações implantado pelo CIBEC permite a disseminação virtual e local por meio de equipamentos multimídia com acesso individualizado, de uma equipe multidisciplinar de facilitadores e de um programa de treinamento para utilização de seus produtos.

O processo de disseminação das informações estatísticas e avaliações educacionais é realizado com o auxílio de ferramentas como a internet, publicações, palestras e eventos, e pelo atendimento de consultas encaminhadas ao Inep através do Centro de Informação e Biblioteca em Educação – CIBEC.

O atendimento ao público interno é feito pelo CIBEC de forma pessoal, por e-mail, telefone ou carta. As consultas em grande parte são feitas por pesquisadores e especialistas requerendo levantamentos especiais ou microdados estatísticos, o que exige que a Diretoria disponha de uma equipe capacitada para esse atendimento.

No decorrer de 2003 mais produtos e serviços foram criados a fim de garantir que a informação seja acessada via internet.

Principais Estudos Desenvolvidos (Indicador 2)

Foram desenvolvidos cerca de 85 estudos estatísticos destacando-se:

- Diagnóstico da educação a partir de dados do IBGE
Produto: Publicação da “Geografia da Educação Brasileira”
- Estudo sobre a situação do analfabetismo no Brasil
Produto: Publicação do “Mapa do Analfabetismo no Brasil”
- Série estatística contendo indicadores e estatísticas básicas sobre a educação no Brasil na década de 90
Produto: Publicação “Educação no Brasil na Década de 90”
- Estudo sobre estimativa de matrícula
Produto: Publicação “Programa Nacional Biblioteca da Escola”
- Definição de cenários anuais para a estimativa de gastos para o atendimento do PNE
Produto: Publicação “Plano Nacional de Educação – Período 2004/2011”
- Estimativa da demanda de Professores da Educação Básica por disciplina considerando o volume de concluintes da Educação Superior
Produto: Publicação “Demanda de Professores da Educação Básica”
- Definição e construção formal de um indicador sintético para todas as escolas do país.
Produto: Publicação/Artigo “Índice Sintético de Caracterização Educacional”
- Diagnóstico da educação rural brasileira
Publicação: “O desafio da Educação Rural com qualidade”
- Definição dos critérios e hipóteses adotados pelo MEC/INEP para a estimativa das taxas de transição e dos indicadores de produtividade advindos do Modelo de Fluxo Escolar
Produto: Publicação/Artigo “Metodologia de Cálculo dos Indicadores do Fluxo Escolar da Educação Básica” (No prelo)
- Estudo sobre as IFES a partir dos dados do Censo do Ensino Superior
Produto: Publicação “Estatísticas das Instituições Federais de Ensino Superior”
- Elaboração de subsídios para os Governos Estaduais na tarefa de definição dos PEE
Produto: Publicação/Artigo por UF de “Impactos do PNE nos Planos Estaduais de Educação” (No prelo)
- Estudo com a evolução das principais estatísticas na última década
Produto: Documento para subsidiar a participação do Brasil na 5ª Reunião do Programa Educação para Todos – Cairo
- Diagnóstico da educação rural brasileira a partir de dados do INEP e do IBGE
Produto: Publicação/Artigo “O desafio da Educação Rural com qualidade”
- Estimativa de matrícula por série da rede pública do Ensino Médio
Publicação “Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio”
- Definição, formulação e cálculo dos indicadores por Programa
Produto: Documento com cálculo dos Indicadores do PPA/MEC período 2004 a 2007

Consultas de dados e estatísticas educacionais atendidas (Indicador 1)

Tipos de órgãos que mais fizeram solicitações de estudos estatísticos.

Tipo de Órgão	Número de Solicitações
Particular	785
Federal	593
Estadual	141
Municipal	47
Organismo Internacional	16
Outras	2
ONG	1
Órgão não informado	2
TOTAL	1587

Estudos / Estatísticas Disseminadas (Indicadores 1, 4 e 7)

Atendimento ao usuário CIBEC:	41.768 e-mails respondidos
Capacitação de usuários locais do CIBEC:	38 especialistas treinados
Matérias publicadas no Informativo do INEP referentes ao CIBEC:	06 matérias publicadas nos Informativos nºs 4, 5, 7, 10, 15 e 18
Biblioteca Virtual de Educação – BVE:	1.149 sites disponibilizados 1.728.377 acessos realizados na página
ProLei:	196 leis indexadas 274.929 acessos realizados

Thesaurus Brasileiro de Educação:	164 termos indexados; 104 termos definidos 64.731 acessos
Bibliografia Brasileira de Educação:	1409 artigos indexados; 306 teses indexadas; 3.262 livros, folhetos e outros indexados. 173.703 acessos realizados
Acesso às publicações do INEP:	170.799 <i>Page views</i> realizados nas publicações do INEP.
Publicações do INEP:	11.131 publicações distribuídas em atendimento a solicitações individuais.
Programa Conheça a Educação:	07 eventos realizados.
Bibliografias Temáticas:	07 bibliografias temáticas produzidas.
Rede BBE (on-line):	12.500 artigos indexados. 7.300 teses indexadas.
Comitê dos produtores da informação educacional:	03 Reuniões 79.103 acessos
Número de usuários da sala de multimídia:	3.983 usuários
Número de usuários da sala de leitura:	4.4441 usuários
Número de livros consultados:	4.006 livros
Empréstimos domiciliares:	158 empréstimos
Número de usuários treinados:	183 usuários

Por sua vez a linha editorial do Inep é constituída por três tipos de publicações: institucionais, periódicos e títulos avulsos. As primeiras disseminam as principais ações do Inep. Os periódicos disseminam artigos resultantes de estudos, pesquisas, experiências e debates na área educacional e os títulos avulsos compreendem os títulos produzidos por autores ou instituições em regime de parceria.

Resumo da produção editorial (Indicador 3)

TIPO	TIRAGEM
------	---------

Institucional	35.209
Periódicos, séries e coleção	28.160
Folders	19.420
Outros materiais impressos	38.000

Resumo da distribuição de Publicações (Indicador 4)

Em atendimento ao Cadastro Institucional

1º Semestre	131.150
2º Semestre	5.561
Total de publicações distribuídas	136.711

Obs: Não houve distribuição nos meses de julho, agosto e setembro.

Outro importante meio utilizado para a divulgação e disseminação dos produtos editoriais e das informações que produz são os eventos dos quais o INEP participa ou promove como reuniões, workshops, encontros, seminários, conferências, oficinas e exposições em parceria ou não com outras instituições.

Eventos Realizados (Indicador 5)

Em 2003 foram realizados 37 eventos de maior porte entre os quais citam-se:

- Seminário “Avaliar Para Quê” Avaliando as Políticas de Avaliação Educacional com cerca de 760 participantes
- Seminário/ Oficina: Indicadores para a Educação Superior, no âmbito do MERCOSUL Educacional em Brasília, no período de 15 a 17/12/2003 com o apoio da Unesco/Orealc.
- Seminário sobre Financiamento para uma Educação de Qualidade-Brasília, outubro/2003;

Objetivo: Discutir as diversas fontes para financiamento da educação, bem como melhoria na obtenção de recursos.

Produto/Resultado: Carta de Brasília – Financiamento para uma Educação de Qualidade

- Seminário Avaliação do Sistema de Ciclos: Novos Tempos e Espaços da Escola, Brasília, novembro/2003.

Objetivo: Avaliar o sistema de ciclos

Produto/Resultado: Carta de Brasília – Avaliação Sistema de Ciclos

2.5.1.6.3 – Ação : Estudos e Pesquisas Educacionais (Indicador 2)

Atua subsidiariamente às demais ações desenvolvidas no Órgão, e tem se concentrado na complementação de estudos de financiamento da educação tendo como foco a análise do financiamento e gastos sociais em educação e suas relações com a produtividade do sistema educacional no Brasil, estudo esse realizado com a colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais.

Principais atividades desenvolvidas em 2003:

- Levantamento de dados básicos de financiamento e gasto público social, em particular, com educação, no primeiro trimestre de 2002;
- Testagem do *software*, para o levantamento de dados básicos de financiamento e gasto público social, em particular, com educação em parceria com o Cedeplar/UFMG, para a realização da coleta de dados de financiamento e gasto público;
- Reestruturação e encaminhamento de minuta com detalhamento de novas ações;
- Indicadores de gastos com educação 1994 a 1999.

Objetivo: Atualizar a série histórica 1994 a 1998, calculando 1999.

Produto/Resultado: Série Histórica 1994 a 1999.

Período: 01/1999 a 03/2003

- Reunião de trabalho e de articulação com o Ministério da Saúde visando o uso e provimento das informações base para a produção das informações de gasto público, por meio do SIOPS. O Sistema de Informações sobre orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS - consiste na consolidação das informações sobre gastos em saúde no país. Este sistema possibilita o detalhamento do gasto em saúde em cada unidade político-administrativa do país. A busca de compatibilização entre os dois sistemas (SING e SIOPS) é um desafio a ser implementado no ano de 2004.

Outros Estudos e Pesquisas em Andamento

Pesquisa Custo-Qualidade:

- Coordenação geral de pesquisa nacional, particularmente, por meio de levantamento da relação custo/qualidade da escola pública de educação básica (urbana/rural) em 10 Estados Brasileiros (Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí e São Paulo) e cerca de 120 escolas.
- Layout do questionário para levantamento Custo-Qualidade
- Elaboração do sistema de entrada de dados do Projeto Levantamento Custo-Qualidade.
- Organização e coordenação de reuniões de trabalho com os pesquisadores envolvidos no Projeto Custo-Qualidade. As reuniões foram realizadas em Brasília (agosto e outubro) e em Recife (novembro);

Pesquisa sobre Transporte Escolar

- Análise de gastos com transporte escolar e suas implicações para o financiamento da educação básica, especialmente para o ensino fundamental:
- Levantamento de legislação específica sobre transporte escolar;
- Indicação dos municípios beneficiados pelo Programa Nacional do Transporte Escolar do FNDE;
- Levantamento e análise preliminar de indicadores do custo do transporte escolar.
- Estágio: Em andamento

Estudos sobre as políticas para a educação superior

- Produção de documento técnico sobre os indicadores educacionais para a educação superior e realização de diagnóstico e propostas de políticas voltadas para expansão, modernização e financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

2.5.1.6.4 – Ação: Administração da Unidade – Ações de Informática

Inserida na Ação Administração da Unidade abrange as atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Sistemas de Informática – CGSI e têm como premissa básica manter e integrar sistemas de informação, utilizando-se de tecnologias de informação atualizada para dar suporte ao Inep no desempenho de suas funções.

Neste particular é cumprida uma importante sub-função organizacional, distribuída por toda a Instituição, que abrange, entre outras atividades:

- definição da arquitetura de informação e de sistemas;
- administração dos recursos de informação e alocação de recursos para projetos e sistemas;
- sugestão de novos usos para os sistemas de informação;

- fornecimento de informações de suporte às decisões organizacionais nos níveis estratégico, tático e operacional.
 - Upgrade nos equipamentos fora da garantia (troca de componentes nos microcomputadores):
 - Troca ou instalação/configuração de componentes ou periféricos nos equipamentos (placa-mãe, fontes, baterias, cabos, processadores, teclados, mouse, drives, placas, gravadora de CD, câmara de vídeo, zipdrives, tonner ou cartucho de impressoras, gabinetes, HD, pentes de memórias, monitores de vídeo, seus respectivos drivers e outros).
 - Conserto de impressoras
 - Manutenção de Notebooks e microcomputadores
 - Instalação e configuração de softwares (Windows 95/98 / NT Server / NT Workstation / 2000 Professional / 2000 Advanced Server e DOS, Winzip, Office-2000, Adobe Acrobat Reader, InoculateIT Antivírus, Internet Explorer, Outlook 2000 e o Backup)
 - Instalação e Configuração de outros softwares e sistemas não padrões (Project 98, Extra/Siafi, Corel Draw, Adobe Page Maker, OmniPage, Adobe Photoshop, SAS, Babylon, Delphi 4, Netscape, Real, Player, Winamp, Visual Studio, Sidoc, Enem Vip.
 - Suporte e acompanhamento de eventos em geral aos setores ligados ao Inep (internos ou externos)
 - Execução do Backup (cópia de segurança do banco de dados).
 - Planejamento e providências para aquisição de material de consumo de informática.
 - Aquisição de computadores, impressoras, servidores e estrutura de armazenamento de dados.
- **Na área de Redes de Comunicação**
 - Instalação da Rede WireLess entre o Inep e a garagem
 - Balanceamento de servidores WEB
 - Implementação de Contingência do Servidor de Firewall
 - Reconfiguração de servidores de impressão, antivírus e SPSS
 - Disponibilização do Serpro via Internet e via MEC
 - Upgrade / Renovação
 - Ferramentas de segurança – ISS
 - Ferramentas de gerência – CA-TNG
 - Firewall – Firewall 1
 - Antivírus – Norton antivírus
 - Technet Microsoft
 - SpaceGuard

- Certificados Digitais
- Base Oracle
- Base SAS
- SPSS
- Sudaan

2.5.2 – Gestão Orçamentária

Causas de Inexecuções/ Medidas Implementadas

2.5.2.1 – Ocorrências na Programação

Não há fatos a registrar.

2.5.2.2 – Ocorrências na Execução

Comportamento da execução

Ação: Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED

Orçamento 2003: R\$ 5.561.000,00

Total Realizado em 2003: R\$ 5.557.683,00

% de execução: 99,94 %

Ação: Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações

Orçamento 2003: R\$ 4.800.000,00

Total Realizado em 2003: R\$ 4.602.236,74

% de execução: 95,88 %

Ação: Estudos e Pesquisas Educacionais

Orçamento 2003: R\$ 417.549,00

Total Realizado em 2003: R\$ 417.549,00

% de execução: 100%

Ação: Administração da Unidade/Ações de Informática –

Orçamento 2003: R\$ 2.374.530,35

Total Realizado em 2003: R\$ 2.374.530,35

% de execução: 100 %

2.6 - Diretoria de Gestão e Planejamento – DGP

2.6.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.6.1.1 - Competências Legais e Regimentais

Segundo o regimento interno compete a Diretoria de Gestão e Planejamento - Atuar como órgão seccional dos Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento de Administração Financeira, de Contabilidade, de Organização e Modernização Administrativa, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, além de planejar, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades de administração de pessoal, de material e patrimônio, de serviços gerais, de orçamento e finanças e de contabilidade, dentre outras competências que são exercidas por meio das suas coordenações.

2.6.1.2 – Público Alvo

A ação tem como público alvo as diversas unidades desta Autarquia que por intermédio dos trabalhos executados por esta Direção alcançam suas metas finalísticas.

2.6.1.3 – Vinculação com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

Esta Diretoria administra os seguintes programas e ações orçamentárias:

Programa: 750- Apoio Administrativo

Ação: Administração da Unidade (12.122.0750.2000.053)

Ação: Manutenção de Serviços de Transporte(12.122.0750.2001.0053)

Ação: Manutenção e Conservação de Bens Imóveis(12.122.0750.2002.0053)

Ação: Remuneração de Pessoal Ativo(12.122.0750.2025.0053)

Programa : 089 – Previdência Inativos e Pensionistas

Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões(09.272.0089.0181.0053)

Programa: 0791 – Valorização do Servidor Público

Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação(12.128.0791.4572.0001)

Cada Coordenação ficou responsável por detalhar as atividades desenvolvidas dentro dos programas descritos acima.

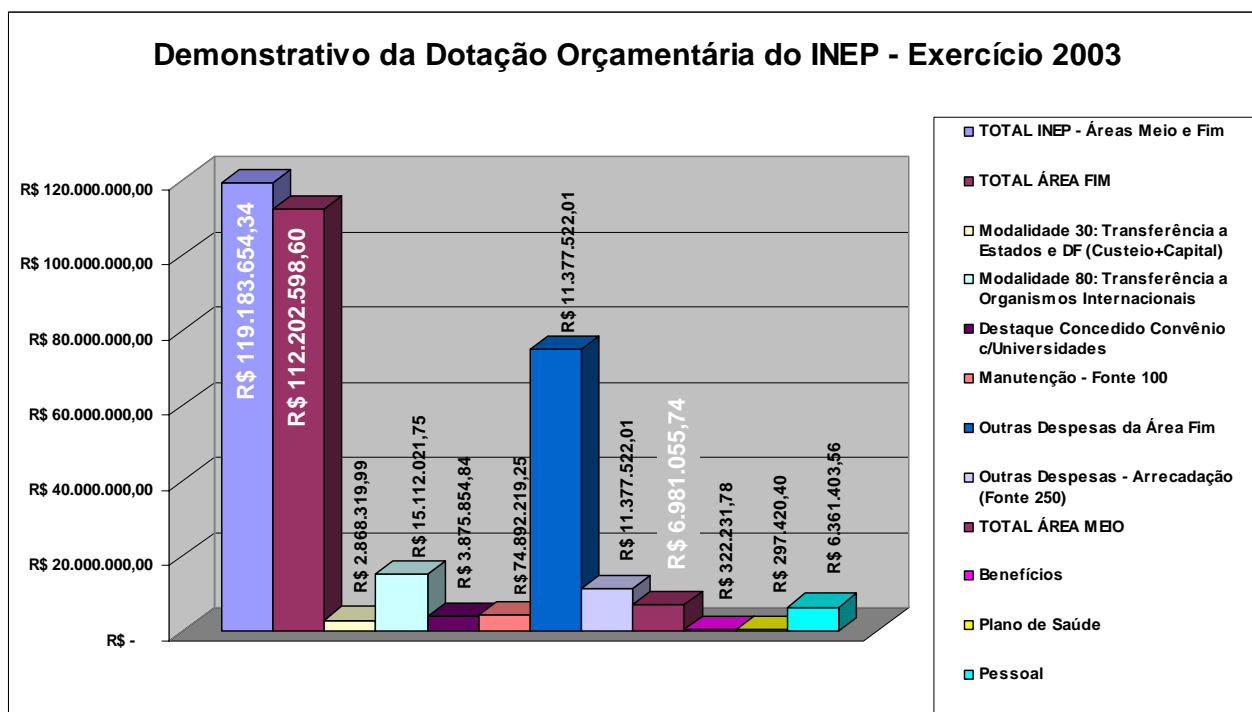
2.6.1.4.1- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Conforme o Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria MEC nº 2.255, de 25 de agosto de 2003, publicado no DOU de 26 subsequente, e alterado pela Portaria MEC nº 2.668, de 25 de setembro de 2003, publicado no DOU de 26 subsequente, à Coordenação de Gestão de Pessoas, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações do Órgão Central do Sistema Federal de Pessoal Civil, compete coordenar, supervisionar e controlar as atividades inerentes aos Sistemas Federais de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade.

A dotação orçamentária do INEP no exercício de 2003 foi de R\$162.626.547,00 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais), já incluso o valor concedido como crédito suplementar na ordem de R\$3.875.854,84 (três milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinqüenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) e o montante autorizado na fonte 250 (recursos diretamente arrecadados) de R\$ 24.970.979,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e setenta e nove reais).

É preciso destacar que houve um bloqueio de crédito para remanejamento no valor de R\$ 435.238,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais).

A execução (montante empenhado) no período em pauta totalizou R\$119.183.654,34 (cento e dezenove milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), resultando num percentual de 73,29% sobre a receita total do Órgão, incluindo todas as fontes e o total inscrito em restos a pagar não processados de R\$1.633.818,94 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos).



ARQUIVO: Meus docs 2004 - Outros Exercícios - 2003-Relatório de Gestão-Quadro Execução

QUADRO RESUMO DO ORÇAMENTO INEP 2003 - Área Meio e Área Fim

Descrição	Detalhamento	Crédito Autorizado incluindo crédito suplementar	Total Empenhado incluindo Transf. a Estados	Valor Liquidado pago	% Empenhado sobre Crédito Autorizado

Transferência a Estados e ao DF (Custeio+Capital)	30 = Modalidade da Despesa	2.955.119,99	2.868.319,99	2.868.319,99	97,06%
Transferência a Organismos Internacionais	80 = Modalidade da Despesa	15.112.021,75	15.112.021,75	15.112.021,75	100,00%
Destaque Concedido Convênio c/Universidades	Convênios	3.875.854,84	3.875.854,84	3.875.854,84	100,00%
Outras Despesas - Arrecadação (Fonte 250)	DACC-070467, DAES-844870, DAES-844888	24.970.979,00	11.377.522,01	11.377.522,01	45,56%
Manutenção - Arrecadação (Fonte: 250)	DGPL-902225 1% do Pis/Pasep	-	-	-	0,00%
Manutenção - Fonte 100	Programa: 0048	5.789.297,00	4.076.660,76	4.076.660,76	70,42%
Outras Despesas da Área Fim	Programas: 0048, 0051	102.892.248,42	74.892.219,25	74.892.219,25	72,79%
TOTAL ÁREA FIM		155.595.521,00	112.202.598,60	112.202.598,60	72,11%
Benefícios	Programa: 0791	350.820,00	322.231,78	322.231,78	91,85%
Plano de Saúde	PTRES: 844900	315.356,00	297.420,40	297.420,40	94,31%
Pessoal	Programas: 0750, 0089	6.364.850,00	6.361.403,56	6.361.403,56	99,95%
TOTAL ÁREA MEIO		7.031.026,00	6.981.055,74	6.981.055,74	99,29%
TOTAL		162.626.547,00	119.183.654,34	119.183.654,34	73,29%
Aplicação Direta		144.559.405,26	101.203.312,60	101.203.312,60	70,01%
Outras Arrecadações (Fonte: 250)	Devoluções: convênios, cta única, exerc. anteriores, etc	5.806.325,05	7.787.131,94	7.787.131,94	134,11%
Obrigações Tributáveis Natureza:339047=área meio + fim		2.208.202,46	740.597,53	740.597,53	33,54%

ARQUIVO: Meus docs 2004 - Outros Exercícios - 2003-Relatório de Gestão-Quadro Execução

2.6.4.1.1 – Dados Comparativos sobre a Dotação Orçamentária do INEP

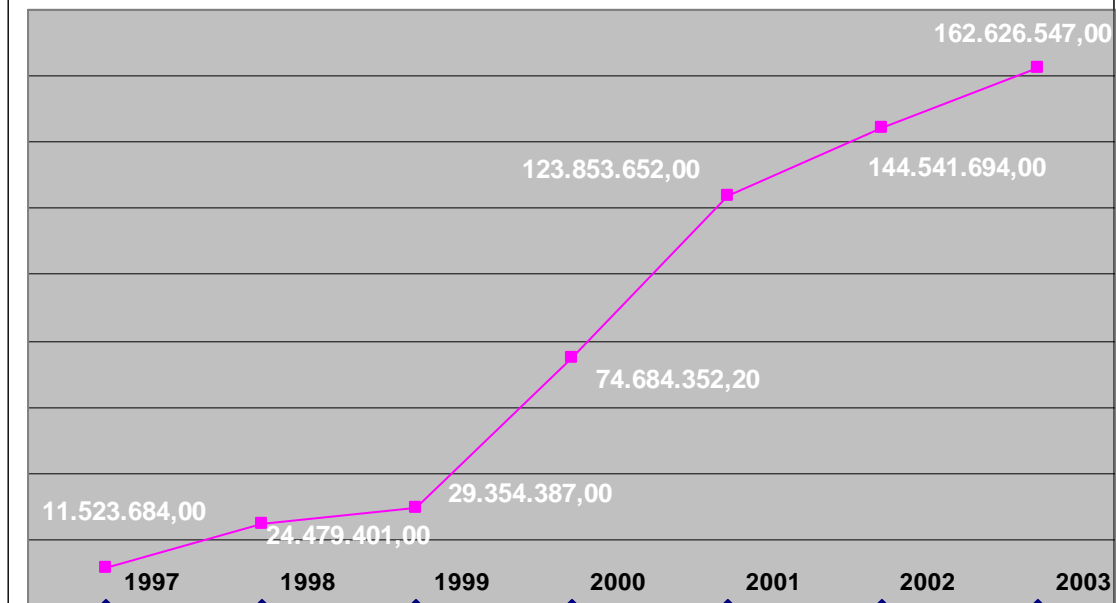
Período – 1997 a 2003

Os dados ora apresentados referem-se ao orçamento fiscal e da seguridade social destinados ao INEP no período compreendido de 1997 a 2003, tendo sido considerado os recursos provenientes de convênios de receita celebrados por esta Autarquia com o FNDE nos anos de 1997 a 2000.

Cabe ressaltar que o acréscimo orçamentário observado, no período de 1997 a 2003, refere-se a um aumento das metas físicas, principalmente nos programas do ENC e ENEM.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRI A	Crédito Autorizado						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	Lei nº 9.438 de 26/02/1997	Lei nº 9.598 de 30/12/1997	Lei nº 9.789 de 23/02/1999	Lei nº 9.969 de 11/05/2000	Lei nº 10.171 de 05/01/2001	Lei nº 10.407 de 10/01/2002	Lei nº 10.640 de 14/01/2003
153978/26290 INEP	11.523.684,0 0	24.479.401,0 0	29.354.387,0 0	74.684.352,2 0	123.853.652,0 0	144.541.694,0 0	162.626.547,0 0

Demonstrativo da Dotação Orçamentária do INEP Período de 1997 a 2003



ARQUIVO: Meus docs 2004 - Outros Exercícios - 2003-Relatório de Gestão-Quadro Execução

2.6.4.1.2 – Contabilidade Analítica

A unidade de acompanhamento e análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial durante o exercício de 2003, realizou as seguintes atividades:

- Informação à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, através da Declaração Mensal de Serviços Prestados (DMSP), os serviços pagos com ou sem retenção do ISS;
- Encaminhamento à Previdência Social da Guia de Recolhimento do FGTS e informações a Previdência Social – GFIP;
- Informação à Secretaria da Receita Federal, através da Declaração de Informação Fiscal – DIRFGOV, todas as retenções de tributos e contribuições Federais de pessoas Física e Jurídica;
- Realização de cálculos judiciais da Folha de Pessoal do INEP;
- Atualização monetária dos contratos de serviços continuados, com vistas ao reequilíbrio financeiro;
- Cálculo dos tributos e retenções incidentes sobre os contratos de prestação de serviços e a classificação para o registro contábil pertinente;
- Análise de Suporte Documental dos registros efetuados no SIAFI;
- Análise Documental e Contábil dos Convênios e Prestação de Contas, realizados pelo INEP;
- Gerenciamento de Processos: Cadastro e Arquivamento;
- Registro do Fluxo de Documentos, quantificando tempo de permanência e número de registros no SIAFI;
- Conferência do Relatório Mensal do Almoxarifado e do Relatório Mensal de Bens;
- Apropriação e pagamento das folhas de pagamento de pessoal do exercício de 2003 e dos exercícios anteriores;
- Análise mensal dos balancetes e balanços.

A Coordenação de contabilidade Analítica está implementando algumas ações para o ano de 2004, com vistas a otimizar a execução dos trabalhos acima relacionados, com destaque para:

- *Pagamentos dos Serviços Prestados pelos Avaliadores das Instituições de Ensino Superior, com o registro sistêmico dos valores relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte, Previdência Social descontada do valor base, Previdência Social Patronal; Emissão dos Comprovantes de Retenção do IRF, Previdência Social, Recibo dos Serviços Prestados; utilizando, inicialmente,*

Planilhas de Controle elaboradas no Programa Excel, com a posterior transposição para Programa de Controle Próprio;

- *Cadastro com as informações dos Pagamentos dos Avaliadores das Instituições de Ensino Superior* à disposição das Diretorias de Execução e Acompanhamento;
- *Relatório Gerencial do Fluxo de Processos*, **quantificando graficamente** o tempo de permanência dos processos na Coordenação e o número de registros efetuados no Sistema SIAFI, identificados pela fase da despesa.

2.6.5.1. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Conforme o Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria MEC nº 2.255, de 25 de agosto de 2003, publicado no DOU de 26 subsequente, e alterado pela Portaria MEC nº 2.668, de 25 de setembro de 2003, publicado no DOU de 26 subsequente, à Coordenação de Gestão de Pessoas, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações do Órgão Central do Sistema Federal de Pessoal Civil, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades de administração e pagamento de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, de legislação de pessoal e de assistência médica, bem como elaborar, editar e divulgar o Boletim de Serviço-BS, contando, para isso, com as seguintes unidades divisionais:

- Divisão de Desenvolvimento de Pessoas cuja competência é executar as atividades que digam respeito à aplicação do regime jurídico dos servidores, incluindo benefícios, direitos e vantagens previstos na legislação vigente, executar e controlar os registros pessoal e funcional dos servidores, bem como executar, controlar e acompanhar os procedimentos e as ações de capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos.
- Divisão de Pagamento de Pessoal cuja competência é organizar, executar e acompanhar os procedimentos relativos ao processamento da folha de pagamento dos servidores por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE do Governo Federal, efetuando e mantendo atualizados os registros e fichas financeiras dos servidores, bem como gerando relatórios, mensais ou periódicos que permitam, a qualquer tempo, o efetivo conhecimento das despesas do INEP com o seu pessoal.
- Serviço de Atividades de Suporte cuja competência é acompanhar e executar as atividades relativas à prestação de serviços de assistência médico-hospitalar aos servidores e seus dependentes e assegurar o apoio operacional necessário ao regular funcionamento da Coordenação e de suas demais unidades divisionais.

Metas Programadas e Objetivos Previstos

- Implementar atos e normas expedidos pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC relativos à legislação de recursos humanos.
- Executar as atividades relacionadas à concessão e revisão de benefícios, incluindo a concessão dos benefícios com a saúde dos servidores e seus dependentes.
- Executar as atividades relativas à inclusão, exclusão e alteração de dados das folhas de pagamentos, processadas pelo SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.
- Cadastrar, controlar e manter atualizados os registros funcionais e de frequência dos servidores.
- Efetuar as atividades referentes ao dimensionamento da força de trabalho, nomeação, redistribuição e cessão de servidores.
- Realizar as atividades associadas aos processos de desligamento de servidores, seja na forma de exoneração ou de aposentadoria.
- Desenvolver ações que visem à capacitação e ao aprimoramento profissional dos servidores.
- Instruir e alimentar no SIAPE processos de exercícios anteriores.
- Promover a atualização cadastral de todos os aposentados do Quadro do INEP.

Principais Atividades Realizadas em 2003

- Elaboração e encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de proposta para realização de concurso público para o preenchimento de vagas de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do INEP, em conformidade com a Portaria/MP nº 45, de 24 de abril de 2003, publicada no DOU de 25 subsequente.
- Elaboração e encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de proposta para reestruturação de cargos e carreira do Quadro de Pessoal do INEP, em conformidade com a Portaria/MP nº 45, de 24 de abril de 2003, publicada no DOU de 25 subsequente.
- Elaboração e encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de proposta de concessão de Funções Comissionadas Técnicas – FCT para os servidores do INEP, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo referido Ministério.
- Elaboração do Termo de Referência do “Programa de Assistência Médico-Hospitalar aos Servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP”.
- Elaboração e divulgação do Regulamento do “Programa de Assistência Médico-Hospitalar aos Servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP”.

- Recadastramento dos servidores do INEP no “Programa de Assistência Médico-Hospitalar aos Servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP”.
- Publicação mensal do BS – Boletim de Serviço do INEP.
- Preparação, execução e conferência de 29 (vinte e nove) folhas de pagamentos, aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do INEP, processadas pelo SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.
- Análise de processos, preparação, elaboração e publicação dos atos relativos à concessão de auxílios e benefícios, previstos em lei, destinados aos servidores ativos e aposentados, bem como registro no SIAPE e SIAPEcad.
- Concessão de progressão funcional a 26 (vinte e seis) servidores ativos do Quadro de Pessoal Efetivo do INEP.
- Continuidade, nesta Autarquia, do processo de Avaliação de Desempenho Institucional e Individual para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, publicada no DOU de 10 subsequente e do Decreto nº 4.247, de 22 de maio de 2002, publicado no DOU de 23 subsequente:
 - Disponibilização no inepnet dos formulários de Avaliação de Desempenho Individual da GDATA;
 - Publicação no DOU, de 17 de março de 2003, da Portaria nº 06, de 13 de março de 2003, fixando as metas institucionais do órgão para o período de 01/03/2003 a 29/02/2004;
 - Publicação no DOU, de 18 de março de 2003, da Portaria nº 07, de 13 de março de 2003, divulgando os resultados relativos às metas institucionais alcançados pelo INEP no período de 01/09/2002 a 28/02/2003;
 - Elaboração da Portaria nº 08, de 13 de março de 2003, publicada no BS nº 03, de 20 de março de 2003, designando servidores para compor o Comitê de Avaliação de Desempenho - CAD;
 - Elaboração e encaminhamento às Unidades do INEP do Memo.Circular/MEC/INEP/DGPL/Nº 000020, de 12/03/2003, referente à Avaliação de Desempenho Individual dos servidores no período de 01/09/2002 a 28/02/2003;
 - Consolidação das Avaliações de Desempenho Individual dos servidores avaliados no período de 01/09/2002 a 28/02/2003 para pagamento da GDATA.
 - Publicação no DOU, de 11 de setembro de 2003, da Portaria nº 70, de 9 de setembro de 2003, divulgando os resultados relativos às metas institucionais alcançados pelo INEP no período de 01/03/2003 a 31/08/2003;

- Elaboração e encaminhamento às Unidades do INEP do Memo.Circular/MEC/INEP/DGPL/Nº 000092, de 04/09/2003, referente à Avaliação de Desempenho Individual dos servidores no período de 01/03/2003 a 31/08/2003;
 - Consolidação das Avaliações de Desempenho Individual dos servidores avaliados no período de 01/03/2003 a 31/08/2003 para pagamento da GDATA.
-
- Elaboração da escala anual de férias, alterações e interrupções, bem como registro no SIAPE e SIAPEcad da programação de férias dos servidores ativos.
 - Acompanhamento do dimensionamento da força de trabalho de cargos efetivos e comissionados, bem como sua evolução qualitativa e quantitativa.
 - Elaboração e publicação no Diário Oficial da União de 30 (trinta) Portarias de nomeação/exoneração e designação/dispensa de cargos comissionados e funções gratificadas.
 - Recadastramento dos servidores aposentados do Quadro de Pessoal do INEP.
 - Elaboração de planilha de cálculo, instrução, parecer, inclusão e homologação no sistema SIAPE do pagamento de despesas de exercícios anteriores de processos referentes à correção da opção do “DAS”, contemplando 2 (dois) servidores aposentados.
 - Transmissão dos atos oficiais à Imprensa Nacional por intermédio dos Sistemas de Envio Eletrônico de Matérias – INCom para publicação no Diário Oficial da União.
 - Administração do contrato celebrado entre o INEP e a AMIL – Assistência Médica Internacional Ltda, referente à prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico, inclusive internações, aos servidores e seus dependentes, cadastrados no “Programa de Assistência Médico-Hospitalar aos Servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP”: 114 servidores e 277 dependentes, num total de 391 beneficiários cadastrados no programa em dezembro/2003.
 - Administração do convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal, entre o Banco do Brasil S/A e entre o Banco Real S/A e o INEP para concessão de empréstimo aos servidores do Quadro Efetivo do INEP.
 - Inclusão e exclusão na folha de pagamento das consignações facultativas.
 - Instruir processos com vistas à participação de servidores em eventos (cursos, seminários, congressos, palestras e assemelhados) e atestar faturas recebidas dos órgãos promotores desses eventos.

- Distribuição aos servidores do INEP do “Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal” e “Código de Conduta da Alta Administração Federal”.

Capacitação de Recursos Humanos

Dos servidores do Quadro de Pessoal do INEP, durante o exercício de 2003, 11 (onze) participaram de eventos de capacitação no CETREMEC e 62 (sessenta e dois) participaram de seminários, congressos, palestras e assemelhados no Brasil e no exterior, num total de 95 (noventa e cinco) eventos.

Demonstrativo da Movimentação de Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do INEP

FORMA DE MOVIMENTAÇÃO	PERÍODO						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Redistribuição para o Quadro de Pessoal do INEP	3	7	2	2	1	5	-
Redistribuição do Quadro de Pessoal do INEP	1	4	-	1	1	-	1
Nomeação por Concurso Público (Advogado)	-	1	-	-	-	-	-
Nomeação por Concurso Público (Vaga do Quadro de Pessoal do INEP, nomeação efetuada pela AGU, exercício no INEP) (Procurador Federal)	-	-	-	-	-	1	-
Remoção	-	-	-	-	-	-	1
Exoneração	3	-	1	-	-	-	-
Exoneração: Programa de Desligamento Voluntário – PDV	-	-	3	-	-	-	-
Vacância (posse em outro cargo inacumulável)	2	-	-	-	-	-	-
Cessão	4	4	4	2	2	-	7
Aposentadoria	3	3	2	-	-	-	-
Licença para Tratar de Interesses Particulares	1	-	-	1	-	-	-
Licença para freqüentar curso de mestrado	1	1	-	-	-	-	-
Licença Incentivada sem Remuneração	-	-	-	1	-	-	-

Lotação Atual

Atualmente esta Autarquia conta com 122 (cento e vinte e dois) servidores em efetivo exercício sendo: 73 (setenta e três) do quadro efetivo, 21 (vinte e um) requisitados, 1 (um) em exercício provisório, 2 (dois) em exercício descentralizado de carreira, ocupantes do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e 25 (vinte e cinco) ocupantes de cargos comissionados sem vínculo.

Em dezembro de 2003, 16 (dezesesseis) servidores encontram-se cedidos e 8 (oito) aposentados.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM 2003

R\$ 1,00

Mês	Quantidade				Renda Bruta	Desconto	Líquido	Obrigações Patronais
	Servidor		Beneficiário	Total				
	Ativo	Inativo						
Janeiro	139	8	11	158	413.864,54	107.656,75	306.207,79	48.903,04
Sup. Janeiro	4	0	0	4	6.186,87	1.032,13	5.154,74	
Sup. Janeiro 3,17%	3	0	0	3	440,01	46,48	393,53	-
Fevereiro	142	8	9	159	397.151,05	108.340,16	88.810,89	50.479,76
Sup. Fevereiro	2	0	0	2	9.217,70	2.878,59	6.339,11	95,14
Março	142	8	9	159	398.511,92	105.691,95	292.819,97	49.258,28
Sup. Março	3	0	0	3	1.201,38	36,95	1.164,43	23,50
Abril	137	8	9	154	368.573,96	88.627,43	279.946,53	36.527,04
Sup. Abril	12	0	0	12	27.460,57	10.367,85	17.092,72	37,76
Maio	137	8	9	154	383.289,71	90.535,18	292.754,53	38.668,20
Sup. Maio 28,86%	73	2	3	78	84.896,24	25.733,18	59.163,06	-
Sup. Maio*	1	0	0	1	-	-	-	-
Junho	137	8	10	155	497.455,82	96.180,22	401.275,60	39.402,53
Sup. Junho	2	0	0	2	2.644,12	-	2.644,12	-
Comp. Junho	159	8	0	167	58.834,64	15.727,82	43.106,82	-
Julho	137	8	16	161	388.472,07	96.793,65	291.678,42	38.973,72
Sup. Julho	21	0	0	21	3.191,31	2.062,30	1.129,01	-
Agosto	141	8	12	161	385.592,50	101.849,58	283.742,92	39.748,28
Sup. Agosto	3	0	0	3	1.092,31	594,62	497,69	-
Sup. Agosto 3,17%	118	8	9	135	26.950,98	6.563,59	20.387,39	-
Setembro	134	8	12	154	374.460,94	102.013,60	272.447,34	40.360,78
Sup. Setembro	2	0	0	2	2.153,20	925,36	1.227,84	-
Outubro	136	8	12	156	379.513,36	101.405,87	278.107,49	41.384,47
Novembro	137	8	12	157	745.268,84	343.632,76	401.636,08	84.547,49
Sup. Novembro	5	0	0	5	2.065,27	-	2.065,27	-
Dezembro	136	8	12	156	527.884,16	134.819,18	393.064,98	36.869,87
Sup. Dezembro	25	0	0	25	23.600,80	6.807,62	16.793,18	-
Sup. Dezembro 28,86%	72	2	3	77	83.551,79	11.131,94	72.419,85	-

TOTAL	5.617.299,18	1.562.968,38	4.054.330,80	545.279,86
--------------	---------------------	---------------------	---------------------	-------------------

2.6.6 – Coordenação-Geral de Licitações Contratos e Convênios

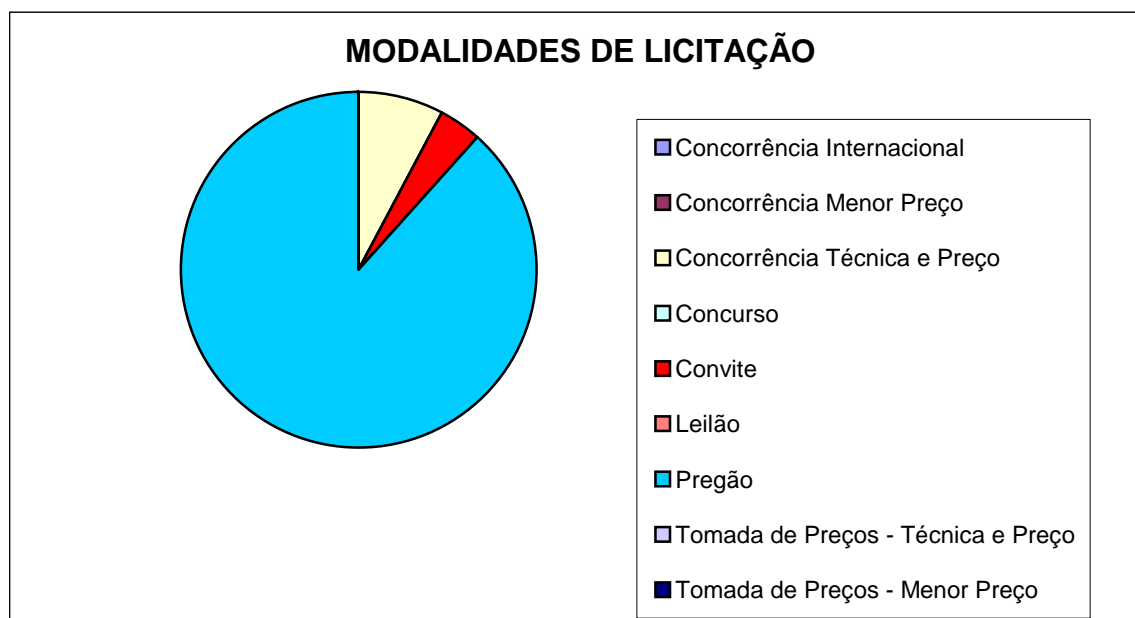
2.6.6.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.6.6.1.1- Competências Legais e Regimentais

À Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Convênios compete coordenar, supervisionar, controlar e responder, no âmbito do Inep, pelas atividades relativas às aquisições de bens e de serviços para o Instituto, mediante procedimento de licitação ou de dispensa ou inexigibilidade desta, formalizadas por meio de contratos e análise de Planos de Trabalho para formalização de convênios, com execução a cargo das unidades divisionais que a compõe, bem como recepcionar os Projetos Básicos ou Termos de Referências encaminhados pelas Áreas Fim e instruí-los com vistas aos procedimentos que cabem aos processos licitatórios.

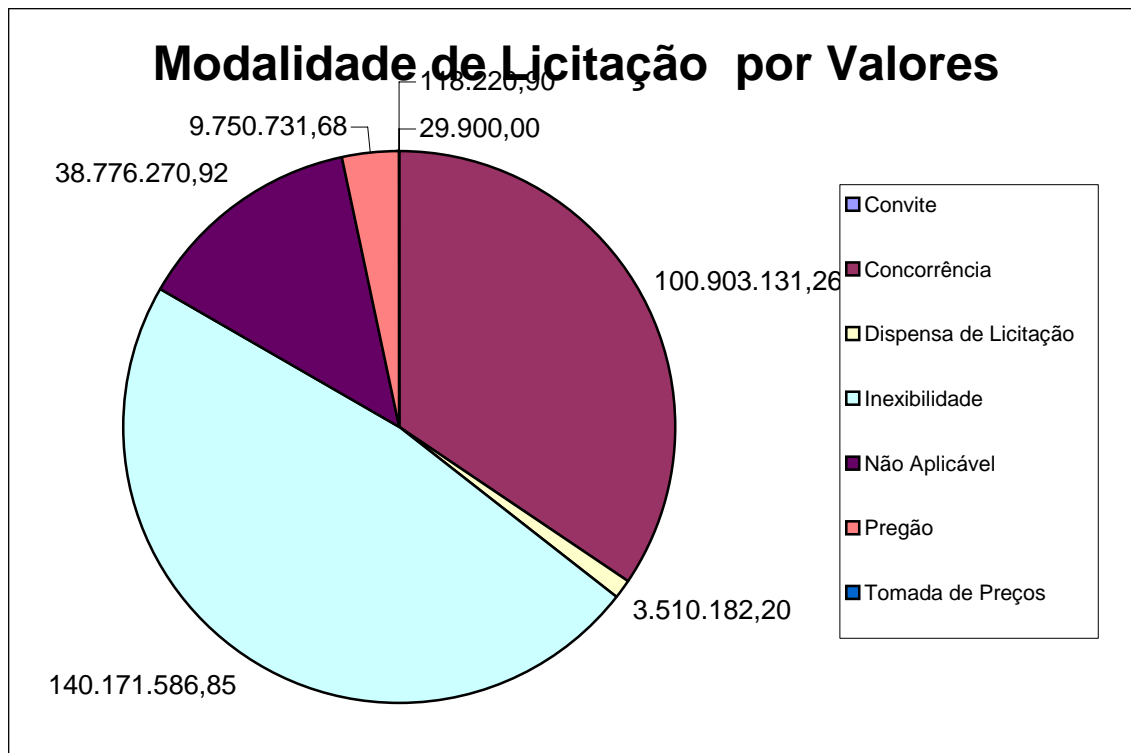
Neste sentido, faz-se necessário detalhar quantitativamente as atividades desenvolvidas, com o objetivo de demonstrar o cumprimento dos Princípios norteadores da Administração Pública neste Instituto quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

PROCESSOS LICITATÓRIOS - Quantitativos de Processos Homologados



Dentre todas as modalidades de licitação permitidas pelas Leis nºs 8.666/93, 10.520/2002 e legislação afim adotamos em maior quantidade, conforme o gráfico acima, o Pregão modalidade que trouxe maior economicidade.

Em termos de valores temos a seguinte classificação:



Na tabela abaixo é possível observar que a economia propiciada pela utilização da modalidade Pregão foi de R\$ 569.025,19(Quinhentos e sessenta e nove mil, vinte e cinco reais e dezenove centavos) :

PREGÃO nº	Valor Estimado	Valor Efetivo
01 – Aquisição de Água, Açúcar e Café	R\$ 23.020,00	R\$ 21.640,00
02 – Fornecimento de jornais e revistas	R\$ 8.700,00	R\$ 8.743,20
03 – Manutenção de veículos	R\$ 18.300,00	R\$ 7.305,60
04 – Confecção do Kit Enem	R\$ 1.040.231,00	R\$ 812.000,00
05 – Fornecimento de Passagens aéreas e terrestres	R\$ 6.225.000,00	R\$ 6.225.000,00
06 – Aquisição de Material de Consumo de Informática	R\$ 195.932,46	R\$ 153.847,90
08 – Aquisição de Material de Consumo de Expediente	R\$ 98.766,21	R\$ 89.177,29
09 – Fornecimento de serviços médicos – Plano de Saúde	R\$ 503.496,00	R\$ 503.496,00
10 – Serviços Gráficos	R\$ 122.237,37	R\$ 94.241,00
11 – Transporte rodoviário dos	R\$ 47.085,00	R\$ 25.369,50

servidores do Inep		
12 – Serviços Gráficos Digital	R\$ 504.834,38	R\$ 426.554,38
13 – Serviço de revisão e conserto com reposição de peças em 02(dois) <i>Nobreaks</i>	R\$ 26.000,00	R\$ 23.000,00
15 – Aquisição de Material de Consumo de Expediente	R\$ 11.251,36	R\$ 3.463,90
17 – Aquisição de estantes de aço para Cibec	R\$ 8.800,00	R\$ 5.948,00
18 – Kit “Profissional do Magistério da Educação Básica	R\$ 1.035.120,00	R\$ 789.000,00
20 – Aquisição de equipamentos de informática	R\$160.678,68	R\$ 142.603,44
21 – Fabricação de armários para áudio e vídeo e estantes médias para livros	R\$ 16.912,00	R\$ 10.350,00
22 - Aquisição Combustível	R\$ 10.000,00	R\$ 9.800,00
23 – Aquisição de Material de Consumo de Informática	R\$ 153.424,24	R\$ 81.600,00
24 - Transporte de Mobiliário de Servidores	R\$ 14.910,00	R\$ 10.339,00
MEC – Serviços de telefonia de longa distância inter-regional e internacional-Embratel	R\$ 56.388,98	R\$ 40.812,76
MEC - Serviços de telefonia fixa comutado chamada para área conurbada e longa distância inter-regional – Brasil Telecom	R\$ 13.869,19	R\$ 104.000,00
MEC - Serviço de reprografia - Type	R\$ 24.480,00	R\$ 20.160,00
MEC - Fornecimento de mão-de-obra	R\$ 988.073,52	R\$ 182.599,71
TOTAL	R\$ 11.307.830,34	R\$ 9.750.731,68

Com a aplicação desta modalidade de licitação a Administração obteve uma economia de **R\$ 1.557.098,66**(Um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil noventa e oito reais e sessenta e seis centavos)

1 – CONCORRÊNCIA TÉCNICA E PREÇO – 02 (dois)

Nº 01 – Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

Nº 02 – Solução para Servidores Risc

2 – **CONVITE – 01(um)**

Nº 01 – Elaboração de projeto executivo para ampliação do CPD

3 – **PREGÃO – 23(vinte e três)**

Nº 01 – Aquisição de Água, Açúcar e Café

Nº 02 – Fornecimento de jornais e revistas

Nº 03 – Manutenção de veículos

Nº 04 – Confecção do Kit Enem

Nº 05 – Fornecimento de Passagens aéreas e terrestres

Nº 06 – Aquisição de Material de Consumo de Informática

Nº 07 – Serviços Gráficos Digital

Nº 08 – Aquisição de Material de Consumo de Expediente

Nº 09 – Fornecimento de serviços médicos – Plano de Saúde

Nº 10 – Serviços Gráficos

Nº 11 – Transporte rodoviário dos servidores do Inep

Nº 12 – Serviços Gráficos Digital

Nº 13 – Serviço de revisão e conserto com reposição de peças em 02(dois) *Nobreaks*

Nº 14 – Aquisição de aparelhos de esterilização e de carrinhos (suspensão *sine die*)

Nº 15 – Aquisição de Material de Consumo de Expediente

Nº 16 – Aquisição Combustível(Revogado – licitação deserta)

Nº 17 – Aquisição de estantes de aço para Cibec

Nº 18 – Kit “Profissional do Magistério da Educação Básica”

Nº 19 – REVOGADO

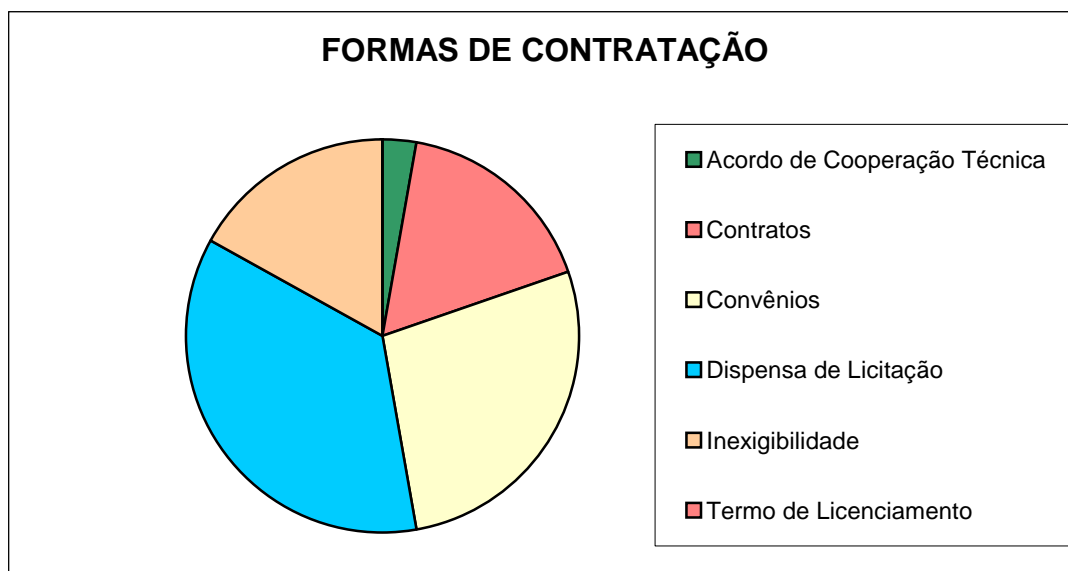
Nº 20 – Aquisição de equipamentos de informática

Nº 21 – Fabricação de armários para áudio e vídeo e estantes médias para livros

Nº 22 – Aquisição Combustível

Nº 23 – Aquisição de Material de Consumo de Informática

FORMAS DE CONTRATAÇÃO ADOTADAS



1 – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – 02(dois)

Nº 01 – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Amazonas

Nº 02 – Secretaria de Desenvolvimento da Educação de Sobral/CE

2 - DISPENSA DE LICITAÇÃO – 59 (cinquenta e nove)

2.1 - Inciso I do Artigo 24 - 01(uma)

Nº 27 – Reengenharia Ltda – Serviço de Engenharia na Garagem do INEP

2.2 - Inciso II do Artigo 24 – 57 (cinquenta e sete)

Nº 01 – Contratação serviço de chaveiro

Nº 02 – Contratação de serviço de carimbo

Nº 03 – Conserto dos sensores antifurto do CIBEC

Nº 04 – Renovação de assinatura do Boletim de Licitações e Contratos – BLC 2003

Nº 05 – Impermeabilização do teto das salas

Nº 06 – Contratação do especialista Francisco de Assis Palharim

Nº 07 – Contratação do especialista Fabio José Garcia dos Reis

Nº 08 – Contratação do especialista Almeri Paulo Finger

Nº 09 – Aquisição de envelopes para CD-ROM

Nº 10 – Participação dos servidores no curso intensivo – Editais de Pregão Presencial e Eletrônico

Nº 11 – Pagamento de seguro obrigatório

Nº 12 – Em Aberto nº 76 - Pagamento do articulista Edmundo Antonio Peggion

Nº 13 – Em Aberto nº 76 - Pagamento da articulista Nietta Lindenberg

Nº 14 – Participação do servidor no evento “III Congresso Brasileiro de Direito do Estado”

Nº 15 – Participação do servidor no evento “Como elaborar e executar um projeto de treinamento”

Nº 16 – Participação do servidor no evento “Formação de Pregoeiro”

Nº 17 – Conserto em 02 (dois) aparelhos de ar-condicionado

Nº 18 – Participação do servidor no evento “Atualização de Legislação de Pessoal Civil da Vara”

Nº 19 – Participação do servidor no evento “Convênios Federais”

Nº 20 – Serviço de embalagem e inventário do acervo audiovisual do CIBEC

Nº 21 – Em Aberto nº 76 - Pagamento do articulista Maria Jussara Gomes Gruber

Nº 22 – Em Aberto nº 76 - Pagamento do articulista Luiz Donizete Benzi Grudioni

Nº 23 – Participação de servidor no curso “Melhoria da Gerencia Pública”

Nº 24 – Conserto da máquina franqueadora marca PITNEY BOWES

Nº 25 – Serviços de desmontagem, transporte e montagem de arquivos deslizantes

Nº 26 – Assinatura anual dos módulos 02 e 03 do ILC da Zênite

Nº 28 – Participação de servidor no evento “Sistema de Registro de Preços e a Contratação de Serviços Contínuos pela Administração Pública”

Nº 29 – Serviços Gráficos – Catálogo de Publicações

- Nº 30 – Aquisição de etiquetas para CDs e DVDs
- Nº 31 – Participação de servidores no evento “Como elaborar resumos”
- Nº 32 – Aquisição de livros
- Nº 33 – Aquisição de pneus
- Nº 34 – Aquisição de Banners
- Nº 35 – Participação de servidora no evento “XVI Curso de Planej. e Orçamento Público”
- Nº36 – Participação de servidor no evento “Gestão em Logística na Administração Pública”
- Nº 37 – Aquisição de Normas da ABNT
- Nº38 – Participação de servidor no evento “Simpósio Nacional de Direito Educacional”
- Nº 39 – Participação de servidor no evento “Curso de Obras Raras”
- Nº 40 – Aquisição de garrações de Água Mineral
- Nº 41 – Aquisição da publicação Catalogação de Recursos Bibliográficos
- Nº 42 – Participação de servidores no evento “Processos Administrativos Disciplinar Especial – Passo a Passo”
- Nº 43 – Participação de servidor no evento “Módulo de Preservação de Acervo Bibliográfico e Documentário”
- Nº 44 – Conserto de máquinas calculadoras
- Nº 45 – Aquisição de fones de ouvido
- Nº 46 – Participação de servidor no evento “Inteligência Organizacional”
- Nº 47 – Participação de servidor no evento “Auditoria Operacional no Setor Público”
- Nº 48 – Participação de servidor no evento “Tomada de Contas, Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial no Serviço Público”
- Nº 49 – Aquisição de etiquetas de franquear auto-adesivas
- Nº 50 – Assinatura anual do Diário Oficial Eletrônico
- Nº 51 – Participação de servidor no “Ciberética – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual
- Nº 52 – Aquisição de normas da ABNT para o CIBEC
- Nº 53 – Participação de servidor no evento “ISS Alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 116/2003
- Nº 54 – Aquisição de baterias, fitas cassetes e pilhas alcalinas
- Nº 56 – ACE – Antonio José Gomes Cobo
- Nº 57 – Avaliação Institucional – Maria Inês de Mato Coelho
- Nº 58 – Conserto da máquina de franquear marca PITNEY BOWES
- Nº 59 – Assinatura do boletim IOB – Publicação Completa

2.3 - Inciso XIII do Artigo 24 – 01 (uma)

- Nº 55 – FADEPE – Censo dos Profissionais do Magistério

3 - INEXIGIBILIDADE – “Caput” do Art. 25 - 29 (vinte e nove)

- Nº 01 – Publicidade de matérias no Diário Oficial da União
- Nº 02 – Assinatura do DOU e Diário da Justiça
- Nº 03 – Contratação do Banco do Brasil para recebimento das inscrições no ENEM/2003 na *Internet*
- Nº 04 – Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Postagem e Distribuição – Enem/2003

- Nº 05** - Contratação do Banco do Brasil para recebimento das taxas das Avaliações das Condições do Ensino (ACE) - 2003 na *Internet*
- Nº 06** – ACE – nº avaliadores 241
- Nº 07** – ACE – nº avaliadores 150
- Nº 08** – ACE – nº avaliadores 040
- Nº 09** – Avaliação Institucional - nº avaliadores 041
- Nº 10** – ACE – nº avaliadores 263
- Nº 11** – ACE – nº avaliadores
- Nº 12** – ACE – nº avaliadores 024
- Nº 13** – ACE – nº avaliadores 010
- Nº 14** – ACE – nº avaliadores 028
- Nº 15** – Aval. Institucional – nº avaliadores 029
- Nº 16** – ACE – nº avaliadores s/n
- Nº17** - ACE – nº avaliadores
- Nº 18** – ACE – nº avaliadores
- Nº 19** – ACE – nº avaliadores
- Nº 20** – ACE – nº avaliadores
- Nº 21** – ACE – nº avaliadores
- Nº 22** – ACE – nº avaliadores
- Nº 23** – ACE – nº avaliadores
- Nº 24** – ACE – nº avaliadores
- Nº 25** – ACE – nº avaliadores
- Nº 26** – ACE – nº avaliadores
- Nº 27** – ACE – nº avaliadores
- Nº 28** – SAS INSTITUTE

4 - CONTRATOS – 28 (vinte e oito)

4.1 - Compras – 05 (cinco)

- Nº 19** – Aquisição de estantes para Biblioteca
- Nº 22** – Aquisição de Equipamentos de Informática
- Nº 23** - Aquisição de Equipamentos de Informática
- Nº 24** – Aquisição de Equipamentos de Informática
- Nº 25** – Aquisição Armário para áudio e vídeo e estante média para livros

4.2 - Serviços – 23 (vinte e três)

- Nº 01** – Serviços de Manutenção de Veículos
- Nº 02** – Kit ENEM/2003
- Nº 03** — Consórcio Fundação Carlos Chagas e Cesgranrio/ENC-2003
- Nº 04** – Banco do Brasil S.A. – Inscrições ENEM/2003 via Internet
- Nº 05** – Banco do Brasil S.A. – Inscrições ACE/2003
- Nº06** – ECT/ENEM/2003 – serviços de postagem e distribuição, em nível nacional
- Nº 07** – VOETUR – Passagens Aéreas e Terrestres
- Consortio FCC/CESGRANRIO – ENEM/2002
- Nº 08** – Organizador do Em Aberto nº 076
- Nº 09** – Em Aberto nº 076 – Articulista Edmundo Antonio Peggion – Pontos de Vista

- Nº 10 – Em Aberto nº 076 – Articulista Nietta Lindenberg Monte – Pontos de Vista
- Nº 11 – Em Aberto nº 076 – Articulista Maria Jussara Gomes – Pontos de Vista
- Nº 12 – Serviço de engenharia no arquivo administrativo do Inep - Garagem
- Nº 13 – Fundação Cesgranrio – ENEM/2003
- Nº 14 – Millennium Construções e Serviços Ltda – locação de mão-de-obra
- Nº 15 – AMIL – Planos de Saúde
- Nº 16 – Charbel Gráfica e Editora Ltda – Serviços Gráficos por meio digital
- Nº 17 – Serviço de revisão e conserto com reposição de peças em 02(dois) *Nobreaks*
- Nº 18 – Kit “Profissional do Magistério da Educação Básica”
- Nº 20 – Elaboração de projeto executivo para ampliação do CPD
- Nº 21 – FADEPE – Censo dos Profissionais do Magistério
- Nº 47 – Transquadros
- Nº 29 – Confiança Mudanças
- Nº 30 – Status Baby

5 - CONVÊNIOS – 45 (quarenta e cinco)

5.1 - **Despesa** – 45(quarenta e cinco)

- Nº 01 – Secretaria Estadual de Educação de Goiás
- Nº 02 – Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul
- Nº 03 – Secretaria Estadual de Educação de Sergipe
- Nº 04 – Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo
- Nº 05 – Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
- Nº 06 – Secretaria Estadual de Educação do Ceará
- Nº 07 – Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul
- Nº 08 – Secretaria Estadual de Educação de Tocantins
- Nº 09 – Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
- Nº 10 – Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte
- Nº 11 – Secretaria Estadual de Educação do Piauí
- Nº 12 – Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
- Nº 13 – Secretaria Estadual de Educação do Amazonas
- Nº 14 – Secretaria Estadual de Educação do Pará
- Nº 15 – Secretaria Estadual de Educação de Paraíba
- Nº 16 – Secretaria Estadual de Educação do Paraná
- Nº 17 – Secretaria Estadual de Educação da Bahia
- Nº 18 – Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina
- Nº 19 – Secretaria Estadual de Educação do Acre
- Nº 20 – Secretaria de Educação do Distrito Federal
- Nº 21 – Secretaria Estadual de Educação do Amapá
- Nº 22 – Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso
- Nº 23 – Secretaria Estadual de Educação de Rondônia
- Nº 24 – Secretaria Estadual de Educação do Maranhão
- Nº 25 – Secretaria Estadual de Educação de Alagoas
- Nº 26 – Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
- Nº 29 – Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul – Aval. Censitária
- Nº 30 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

- Nº 31 – Secretaria Estadual de Educação do Acre
- Nº 32 – Universidade Federal do Piauí – Levantamento custo-aluno
- Nº 33 – Universidade Federal de Minas Gerais
- Nº 34 – Universidade Federal Goiás – Levantamento custo-aluno
- Nº 35 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Levantamento custo-aluno
- Nº 36 – Universidade Federal do Paraná - Levantamento custo-aluno
- Nº 37– Universidade Federal do Pará - Levantamento custo-aluno
- Nº 38– Secretaria Estadual de Educação do Acre – Levantamento custo-aluno
- Nº 41– Secretaria Estadual de Educação de Roraima
- Nº 44– Universidade de São Paulo
- Nº 45– Universidade Estadual do Ceará

08 - CONTRATOS DO MEC/INEP – 04 (quatro)

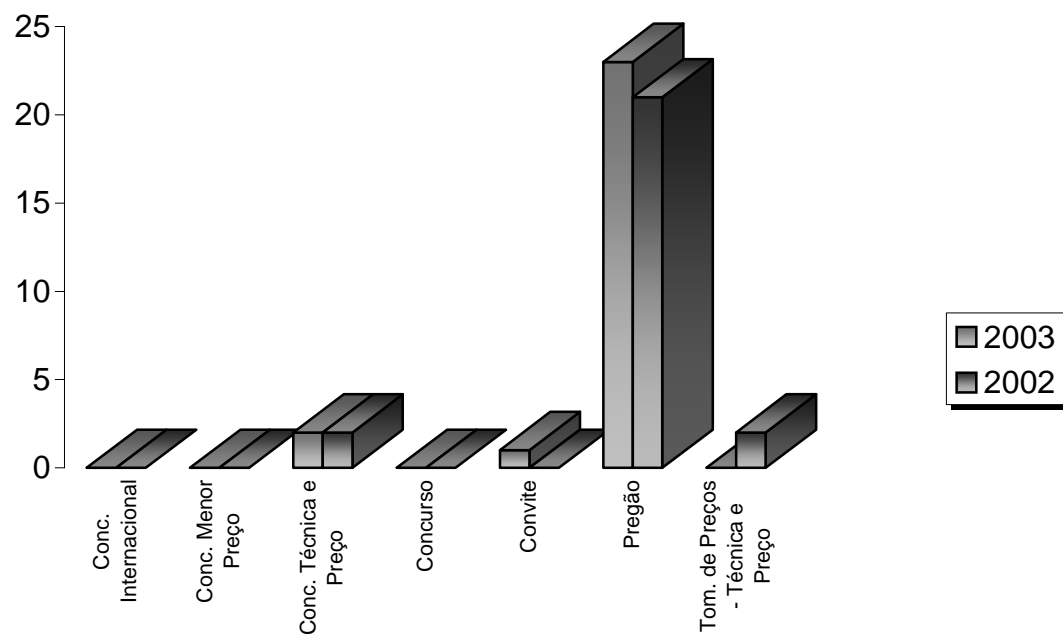
- Nº 21/2000 – TYPE Máquinas e Serviços Ltda – Fornecimento de cópias reprográficas com assistência técnica e todo material necessário exceto papel
- Nº 30/2002 – Type Máquinas e Serviços Ltda - Fornecimento de cópias reprográficas com assistência técnica e todo material necessário exceto papel
- Nº 34/2002 – Brasil Telecom S.A – Serviços de telecomunicações
- Nº35/2002 – EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações – Serviços de Telecomunicações

09 – TERMOS ADITIVOS – 36(trinta e seis)

09. 1 – Termos Aditivos de Contratos – 26 (vinte e seis)

09.2 - Termos Aditivos de Convênios – 10 (dez)

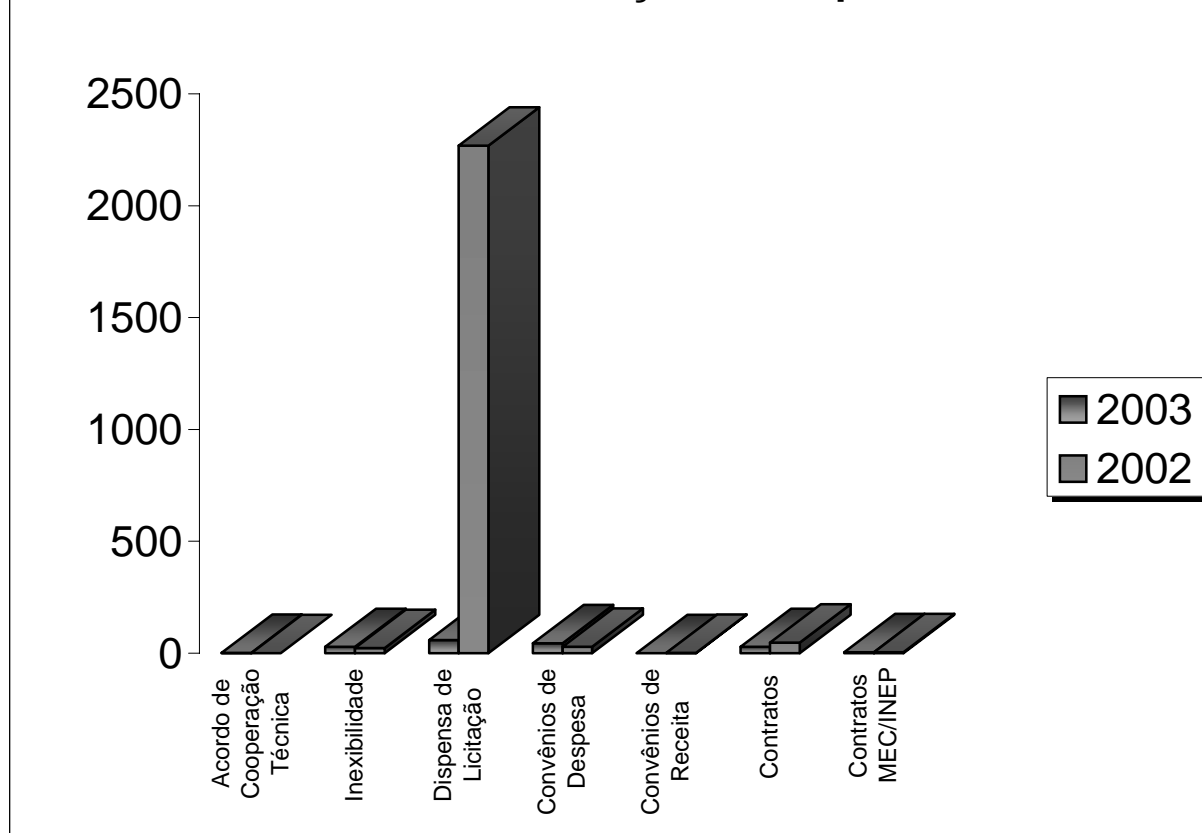
Modalidades de Licitação - Comparativo



MODALIDADES DE LICITAÇÃO – COMPARATIVO 2002/2003

MODALIDADE/ANO	2002	2003
Conc. Internacional	0	0
Conc. Menor Preço	0	0
Conc. Técnica e Preço	2	2
Concurso	0	0
Convite	1	0
Pregão	23	21
Tom. de Preços - Técnica e Preço	0	2

Formas de Contratação - Comparativo



FORMAS DE CONTRATAÇÃO – COMPARATIVO 2002/2003

TIPO/ANO	2003	2002
Acordo de Cooperação Técnica	2	0
Inexibibilidade	28	23
Dispensa de Licitação	59	2.268
Convênios de Despesa	45	29
Convênios de Receita	0	1
Contratos	28	47
Contratos MEC/INEP	4	4

2.7 - Auditoria Interna

2.7.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.7.1.1 – Competências Legais e Regimentais

A Auditoria Interna do INEP tem como competências básicas o fortalecimento da gestão mediante agregação de valor ao gerenciamento da ação governamental, contribuindo para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual de Atividades, a execução dos programas de trabalho e do orçamento do INEP, bem como a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão; a adoção de procedimentos que contribuam para a racionalização das ações orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos do INEP; verificar a regularidade nos controles internos e externos, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pelo Instituto; examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância; e promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

2.7.1.2 – Atividades Planejadas e Executadas

De acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI para o exercício de 2003, foram planejadas e executadas as metas a seguir discriminadas:

2.7.1.2.1 - Emitir parecer sobre as contas do exercício de 2002.

Foi emitido parecer em 06.03.2003, como parte integrante do processo de Prestação de Contas do INEP.

2.7.1.2.2 - Analisar a Receita Própria e os encargos sobre a mesma (PASEP).

2.7.1.2.3 - Proceder ao exame sistemático de todos os processos de licitações, dispensa e inexigibilidade, indicando, sempre que necessário, correções nas rotinas de execução.

2.7.1.2.4 - Proceder ao exame de todos os processos de convênios, indicando correções nas rotinas do concedente e participando do processo de orientação e verificação junto ao conveniente.

2.7.1.2.5 - Proceder ao exame de todos os processos de diárias e passagens.

2.7.1.2.6 - Proceder ao exame da legalidade de todos os processos de suprimento de fundos, ajuda de custo e ressarcimento de moradia funcional.

2.7.1.2.7 - Proceder ao exame de todos os processos de pagamento.

Até 30.12.2003, a Auditoria Interna examinou 2.212 processos referentes a dispensa de licitação, inexigibilidade, pregão, convite, tomada de preços e concorrências, diárias, passagens, ajuda de custos, ressarcimento de moradia, baixa e doação de materiais, Relatório de Movimentação de Almojarifado – RMA e Relatório Mensal de Bens – RMB, folha de pagamento de pessoal, pagamentos diversos, formalização e prestação de contas de convênio e processos de formalização dos Projetos/PNUD.

2.7.1.2.8 - Proceder Auditoria Operacional nas áreas de Patrimônio, Almojarifado, Recursos Humanos e Transportes.

Foi realizada no período de 17.11.2003 a 25.11.2003, Auditoria Operacional nos setores de Almojarifado, Patrimônio, Transportes e Recursos Humanos do INEP, conforme Relatório de Auditoria datado de 27.11.2003.

2.7.1.2.9 - Executar auditorias provocadas por denúncias ou, quando se fizerem necessárias, a qualquer tempo, quando propostas pela Administração Superior.

Foi realizada auditoria *in loco* em 05 (cinco) convênios celebrados entre o INEP e as Universidades Federais de Santa Maria/RS, Minas Gerais e Ceará, atendendo solicitação do Sr. Presidente do INEP por meio do Memorando Nº 000145, de 28.01.2003, tendo sido emitidas 19 Notas de Auditoria em decorrências das inspeções realizadas e das análises efetuadas nas prestações de contas.

2.7.1.2.10 - Orientar e assessorar a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.

A título de orientação e assessoramento à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, foram exarados 27 (vinte e sete) pareceres técnicos, 12 (doze) Notas de Auditoria e 01 (um) Relatório de Auditoria Operacional, tendo sido desenvolvido o acompanhamento e o arquivamento da legislação e das normas pertinentes ao Serviço Público Federal, com observância da sua aplicabilidade.

2.7.1.2.11 - Analisar e emitir parecer sobre os processos de desfazimento de material.

Foi procedida análise e emissão de parecer em 04 (quatro) processos de doação de bens permanentes a entidades filantrópicas.

2.7.1.2.12 - Acompanhar as providências pertinentes à correção de falhas apontadas em Relatórios de Auditorias Internas e Externas, buscando soluções junto aos

setores envolvidos, bem como verificar e sugerir alterações nas rotinas e/ou procedimentos que lhes deram causa de modo a impedir reincidências.

No transcorrer do exercício de 2003, a Auditoria Interna procedeu ao acompanhamento e exarou orientações junto aos setores do INEP, quanto às correções e respostas às inconsistências apontadas em Notas de Auditoria Interna e Relatórios de Auditoria Interna e Externa, visando o saneamento das mesmas.

2.7.1.2.13 - Participar dos eventos promovidos pelos órgãos orientadores, bem como elaborar e executar a proposta de treinamento de seu pessoal.

O Auditor-Chefe participou nos períodos de 10 a 13.06.2003 e 01 a 04.12.2003, do Fórum Nacional de Auditores Internos das Instituições Federais vinculadas ao MEC - FONAI/MEC, visando a interação das Auditorias Internas para criação, implantação e aperfeiçoamento de métodos e técnicas de auditoria no âmbito das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação.

2.7.1.3 – Atividades não Realizadas

A Secretaria Federal de Controle Interno mediante Relatório de Auditoria datado de 12.05.2003, sobre a gestão do INEP do exercício de 2002, considerando a relevância dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais, solicitou que a Auditoria Interna acompanhasse todos os atos realizados no âmbito da Cooperação Internacional, tendo recomendado ao INEP que estruturasse a Auditoria Interna para o efetivo acompanhamento dos atos de gestão dos Projetos de Cooperação Técnica.

Não foi possível executar o acompanhamento dos atos de gestão realizados no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais por insuficiência de pessoal, vez que a Auditoria Interna contou sempre com um número limitado de técnicos. Desde 13.08.2003, dispõe tão-somente de 03 técnicos envolvidos diretamente com os trabalhos de auditoria, 01 (um) na condição de Auditor-Chefe Substituto, necessitando ampliar o seu Corpo Técnico, a fim de que possa atender de forma satisfatória as atribuições que lhe são inerentes.

2.7.1.4 – Resultados Alcançados

Das análises efetuadas nos processos e nos sistemas de execução utilizados pelo INEP, a AUDIN verificou que as inconsistências apontadas vêm sendo sanadas pelas áreas envolvidas, tendo ocorrido baixa incidência de impropriedades, que não se constituem de falhas graves e não maculam os processos na sua essência.

2.8 – Procuradoria Jurídica

2.8.1 – Gestão Operacional/Finalística

2.8.1.1 – Competências Legais e Regimentais

Inicialmente, é importante frisar ser de competência desta Procuradoria: a) representar judicial e extrajudicialmente o INEP e, também, a União, em face de eventuais atividades por ela descentralizadas ao Instituto; b) exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico; c) apurar a liquidez e a certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do INEP, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; d) assistir às autoridades do INEP no controle interno da legalidade dos atos a serem por elas praticados ou já efetivados; assim como, e) representar judicialmente as autoridades desta Autarquia quanto aos atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares.

2.8.1.2 – No ano de 2003, este órgão de execução desenvolveu as seguintes atividades:

1. foram prestadas 191 informações a fim de instruir Mandados de Segurança impetrados por formandos/formados, e/ou instituições de ensino, contra Autoridade(s) do INEP, objetivando assegurar a participação no Exame Nacional de Cursos - ENC/2003, assim como apresentadas contestações às Ações Cautelares e Ações Ordinárias propostas contra esta Autarquia, com o mesmo objeto;

2. foi realizado o acompanhamento de 5 Ações Cíveis Públicas e 1 Ação Cautelar propostas contra esta Autarquia atinentes ao Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (isenção da taxa de inscrição), assim como o acompanhamento de 2 Mandados de Segurança, ambos com objeto atinente ao ENEM;

3. houve o acompanhamento do trâmite de 3 execuções fiscais, uma proposta por esta Autarquia contra a empresa HP-DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA-ME E MARIA HELENA DE SOUSA ANDRADE, outra contra a empresa VIDEOCOMP LTDA E

LANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA e, ainda, contra a empresa J.F DA SILVA – SUPREME COMERCIAL – ME;

4. foram expedidos 31 memorandos, 12 ofícios e várias comunicações internas;

5. temos, atualmente, 497 processos judiciais em curso, incluindo mandados de segurança, ações ordinárias, ações cautelares, ação popular, ações civis públicas e execuções fiscais. Desses processos, vários são acompanhados desde anos anteriores, tendo sido interpostas também diversas Apelações, diversos Agravos de Instrumento, Agravos Regimentais, Recursos Especiais e Recursos Extraordinários, assim como opostos vários Embargos de Declaração;

6. foram emitidos, no ano de 2003, um total de 156 pareceres, com análise de minutas de edital, de contrato, de Termo Aditivo, de Convênio, de Acordos de Cooperação, assim como análise de procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

2.9 – Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)

2.9.1 – GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA

2.9.1.1– Competência Legais e Regimentais – Missão Institucional

A estrutura organizacional do INEP não contempla a unidade de gerenciamento de projetos (UGP) como um órgão setorial, sendo as atividades afetas desenvolvidas em parceria com cada Diretoria responsável pela execução dos diversos Projetos de Cooperação Técnica Internacional implementados no âmbito do INEP.

São atribuições da UGP: Planejamento, coordenação, implementação e acompanhamento das atividades dos projetos de cooperação técnica internacional, conforme art. 10 § 1º do Decreto 3.751/2001, em parceria com as Diretorias do INEP e articulação com os órgãos externos envolvidos (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Agência Brasileira de Cooperação – ABC, Unidade de Administração de Projetos – UAP e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Unesco).

2.9.1.2 – Atividades Realizadas em 2003

- Acompanhamento Físico-Financeiro dos Projetos Executados em Cooperação com Organismos Internacionais:
 - Projeto PNUD BRA 96/026 – Implementação do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd)
 - Projeto PNUD BRA 97/019 – Programa de Treinamento e Disseminação de Informações Educacionais

- Projeto PNUD BRA 99/018 – Qualidade e Eqüidade em Educação a partir de Avaliação e Informações Estatísticas
- Projeto UNESCO 914BRA1085 – Apoio Técnico aos Exames Nacionais de Avaliação para Certificação de Competências – ENEM, ENCCEJA e PNCT
- Projeto UNESCO 914BRA1085 – Apoio Técnico à Avaliação da Educação Superior
- Articulação com as Diretorias/INEP para ajustes no Planejamento Anual.
- Análise das demandas das diretorias em conformidade com o estabelecido no Planejamento 2003.
- Geração, emissão e acompanhamento de relatórios, considerando as ações contidas no planejamento global das Diretorias.
- Alimentação, acompanhamento e controle do sistema de freqüência de consultores equipe base do PNUD/UNESCO.
- Acompanhamento e controle das fichas de controle de ponto dos consultores equipe base dos projetos de cooperação técnica.

- Aprimoramento do sistema de contratação no âmbito dos Projetos, em conformidade com o Decreto 3.751/01, com o redesenho do fluxograma do processo e aperfeiçoamento do sistema informatizado de contratações – SIADIPE.
- Elaboração e envio de relatórios de rendimentos pagos aos consultores permanentes dos Projetos (Equipe Base) à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em conformidade com o Art. 16 do Dec. 3.751/01.
- Apoio à elaboração dos Relatórios de Progresso para os projetos PNUD.
- Classificação e arquivamento de documentos recebidos e produzidos pela UGP.
- Utilização dos sistemas específicos EXTRANET e SAP/R3 (PNUD), INTRANET/NEX (UAP/ABC), SICOF e CIP (UNESCO) e SIADIPE (UGP).
- Acompanhamento das atualizações das normas de execução dos projetos junto a organismos internacionais.
- Atendimento a demandas de consultores.
- Verificação das solicitações de pagamentos e notas fiscais provenientes de serviços ou produtos de contratos corporativos (PJ).
- Elaboração e atualização de planilhas de controle de passagens e diárias.
- Levantamento e controle permanente, dos quantitativos de contratações publicados para o exercício, conforme determina o Art. 12 do Dec. 3.751/01.
- Apoio à análise e emissão de pareceres no âmbito do GSAT.
- Levantamentos de Pessoal:
 - Vagas e postos por projeto;

- Atividades desenvolvidas e atividades descritas nos Termos de Referência;
- Estruturação dos organogramas dos projetos;
- Quantidade de pessoal por cargo e atividades
- Verificação e atualização do Quadro Demonstrativo de Pessoal do INEP, no que se refere aos consultores PNUD
- Levantamento das Revisões dos Projetos PNUD para publicação no Diário Oficial da União.
- Atividade realizada por solicitação da SPO:
 - Levantamento de valores pagos aos contratos da modalidade equipe base no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional executados pelo INEP, incluindo as seguintes rotinas:
 - Estratificação e agrupamento dos valores pagos por faixa seqüencial milhar de remuneração, compreendendo os pagamentos realizados desde Janeiro de 1999 até Julho de 2003 aos contratos ativos atualmente.
 - Formação de uma base de dados relacional, na qual foram inclusos os pagamentos realizados a 119 contratos da modalidade equipe base no período acima descrito.
 - Relacionamentos entre tabelas de faixas de remuneração com seqüência de milhares, para fins de agrupamento por faixa salarial e por ano.

2.9.1.3 – Público Alvo dos Processos Gerenciais

O gerenciamento dos projetos, conduzidos administrativamente pela UGP, está a cargo das Diretorias do INEP. Os projetos têm os seguintes objetivos de desenvolvimento e objetivos imediatos:

2.9.1.3.1 – Projeto PNUD BRA/96/026 – Implementação do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIED) - (Vigência: 31/07/2004):

Objetivo de desenvolvimento: Contribuição para tornar o sistema educacional brasileiro equânime e eficiente, o que será feito por meio da produção e da disseminação de informações estatísticas marcadamente fidedignas, atualizadas e interpretáveis.

Objetivos imediatos

- Facilitar o acesso e utilização da informação estatística de educação, atendendo às necessidades geradas nos processos de: a) definição e análise de políticas educacionais; elaboração de planos, programas e projetos; e b) controle social das políticas educacionais.

- Consolidação da implantação do Sistema Integrado de Informação Educacional (SIED) e melhoria da qualidade da informação gerada.

- Fortalecimento institucional da Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (Seec) e apoio às instituições integrantes do SIEd no cumprimento de suas atribuições institucionais relativas ao SIEd.

2.9.1.3.2 – Projeto PNUD BRA/97/019 – Programa de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais - (Vigência: 31/julho/2004):

Objetivo de desenvolvimento: Consolidação de um sistema de informações educacionais articulado e integrado, que permita o constante acesso a informações fidedignas e atualizadas, contribuindo, desta forma, com o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais, bem como para a viabilização da geração permanente de conhecimento a partir de bases informacionais consolidadas e otimizadas. Em última instância, estar-se-á, também, contribuindo para o processo de consolidação democrática, a partir da transparência das informações e da possibilidade concreta de prestação de contas das ações de Estado.

Objetivos imediatos:

- Ter organizado e adequado o acervo informacional do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec) – bibliográfico, histórico, de legislação, administrativo e audiovisual, segundo as áreas de atuação do INEP, quais sejam, de avaliação e estatística.

- Ter disponibilizado, de forma rápida e dentro dos prazos legais, acervos especializados e atualizados para o usuário.

- Ter desenvolvido a “Biblioteca Virtual” do INEP.

- Ter desenvolvido um sistema articulado de informações e adequado aos diferentes perfis dos usuários, mediante institucionalização do “comitê da informação”, de caráter consultivo.

- Ter consolidado a linha editorial do INEP como veículo de divulgação da produção científica de ponta na área educacional.

- Ter estabelecido a infra-estrutura organizacional necessária à coordenação e ao acompanhamento ágil e eficiente do Programa de Tratamento e Disseminação, no âmbito da atuação global do INEP.

2.9.1.3.3 – Projeto PNUD BRA/99/018 – Qualidade e Equidade em Educação a partir de Avaliações e Informações Estatísticas - (Vigência: 31/setembro/2004):

Objetivo de desenvolvimento: Contribuir para a adoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade e efetividade do ensino brasileiro por meio da

ampliação e do fortalecimento técnico e institucional dos sistemas de avaliação e informações educacionais.

Objetivos imediatos

- Aumentar a capacidade nacional para avaliação educacional.
- Ampliar e melhorar a disseminação, disponibilização e utilização dos resultados de avaliação em nível nacional e internacional.

2.9.1.3.4 – Projeto Unesco 914BRA1085 – Apoio Técnico aos Exames Nacionais de Avaliação para Certificação de Competências – ENEM, ENCCEJA e PNCT - (Vigência: 30/abril/2004) :

Objetivo Geral: Apoio técnico para a implantação do modelo de avaliação para certificação de competências e habilidades dos indivíduos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria e consolidação da avaliação ao término da escolaridade básica, a fim de que cada cidadão possa fazer sua auto-avaliação e orientar melhor suas escolhas futuras, dar continuidade aos estudos ou ingresso no mundo do trabalho.

Objetivos específicos:

- Subsidiar, teórica e tecnicamente, o modelo de avaliação implantado pelo ENEM.
- Subsidiar teórica e tecnicamente a análise do ENCCEJA como um projeto piloto de avaliação (resultados obtidos em 2002) para a produção do relatório pedagógico – ENCCEJA 2002.
- Proceder a revisão da coleção de livros editados em 2002 (13 volumes) contendo as referências que estruturam o ENCCEJA, para uso na Educação de Jovens e Adultos – EJA.
- Subsidiar teórica e tecnicamente o modelo de avaliação previsto no Programa Nacional de Certificação de Competências para o Trabalho.
- Desenvolver uma metodologia própria de trabalho que subsidie e apóie a operacionalização para a realização do ENEM, ENCCEJA e PNCT, e resguarde sua continuidade dentro da perspectiva de trabalho do INEP/MEC.
- Capacitar as equipes técnicas envolvidas no processo de elaboração do exame, dentro dos parâmetros e diretrizes que fundamentam a concepção e operacionalização do ENCCEJA, PNCT e do ENEM.

2.9.1.3.5 – Projeto Unesco 914BRA1085 – Apoio Técnico à Avaliação da Educação Superior - (Vigência: 30/abril/2004)

Objetivo Geral: Apoio técnico para a implementação da Política de Avaliação da Educação Superior, atividade composta por três segmentos: Exame Nacional de Cursos – ENC, Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação e da Avaliação Institucional. Esse conjunto de atividades tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior no país.

Objetivos específicos:

- Apoio técnico às tarefas vinculadas à implementação do Exame Nacional de Cursos, à Avaliação das Condições de Ensino e à Avaliação Institucional;
- Organização e Manutenção dos bancos de dados, organizando de forma integrada os resultados das avaliações a que estão submetidos os cursos e as instituições de ensino superior.
- Apoio técnico às atividades associadas à divulgação e disponibilização para a sociedade (acadêmicos, entidades de classe, etc.) dos bancos de dados com os resultados das avaliações de cursos e das instituições de ensino superior.

2.9.1.4 – Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

Projeto BRA 96/026:

- 12.126.0048.4014.0001 – Censo Escolar da Educação Básica
- 12.126.0048.3090.0001 – Censos, Exames e Avaliações Especiais
- 12.126.0048.4021.0001 – Sistema Integrado de Informação Educacional – SIEd
- 12.126.0048.6503.0001 – Censo do Ensino Superior
- 12.122.0048.2000.0001 - Ações de Informações-gerenciada pela DTDIE

Projeto BRA 97/019:

12.121.0048.4000.001 – Desenvolvimento de estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais

Projeto BRA 99/018:

12.126.0048.4022.0001 – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB

2.9.2 – Gestão Orçamentária – Metas Físicas (causas de inexecuções / medidas implementadas)

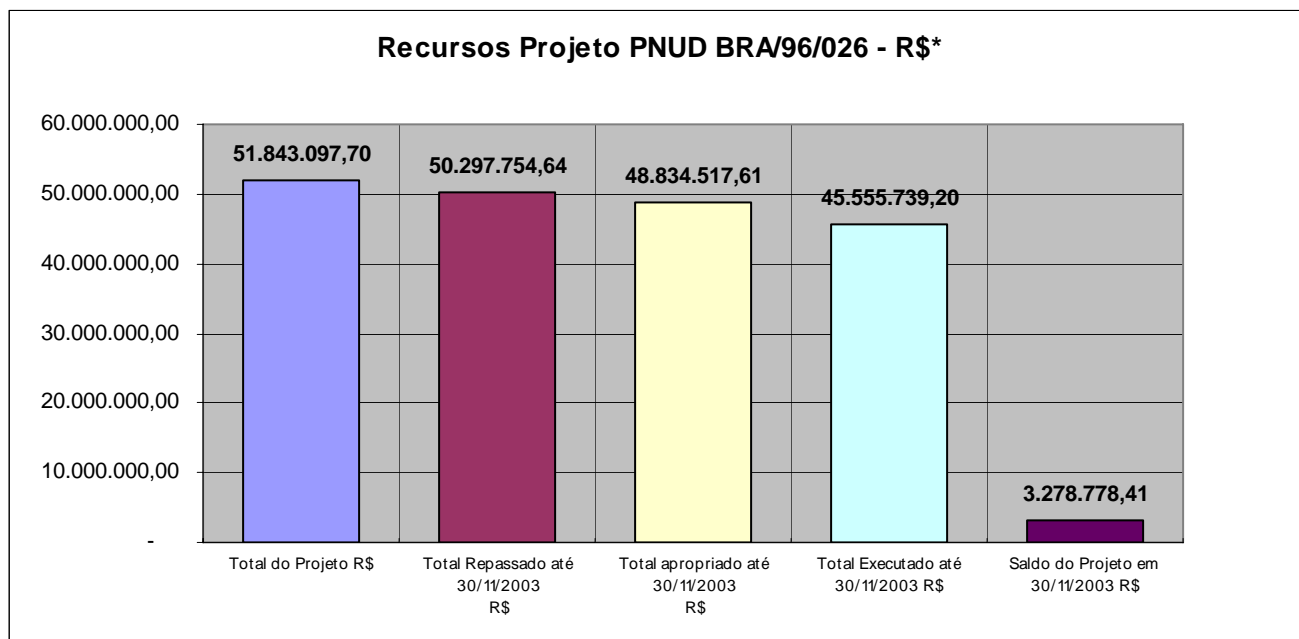
2.9.2.1 – Ocorrências na Programação

A programação orçamentária destinada ao financiamento dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional é realizada pelas áreas fins. A UGP promove apenas a

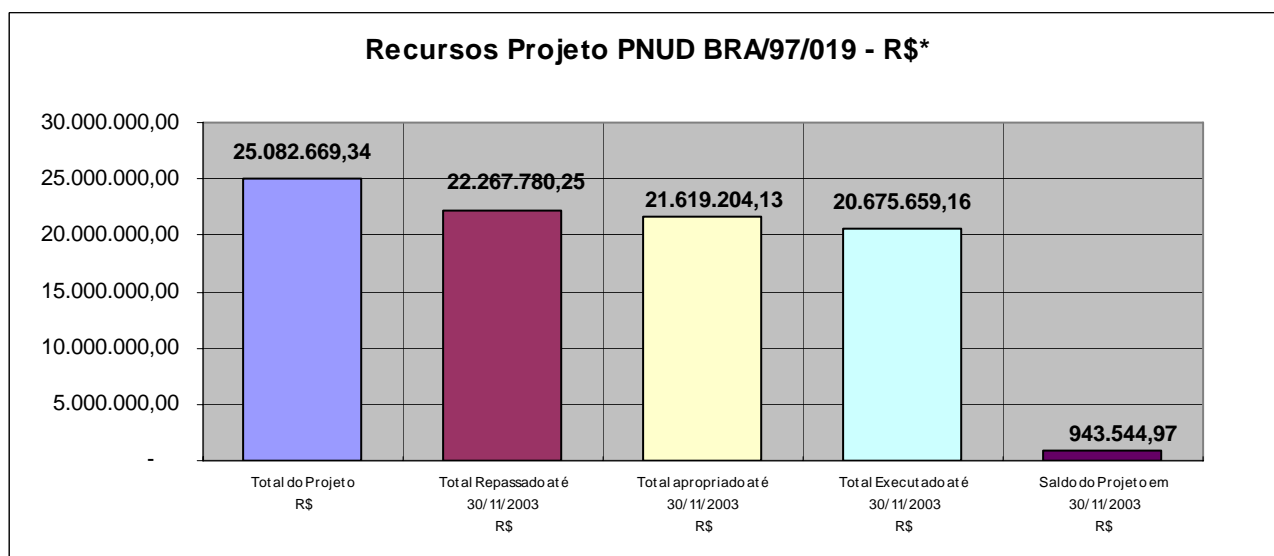
orientação necessária em conformidade com as normas dos organismos internacionais visando à correta execução dos projetos.

2.9.2.2 – Ocorrências na Execução

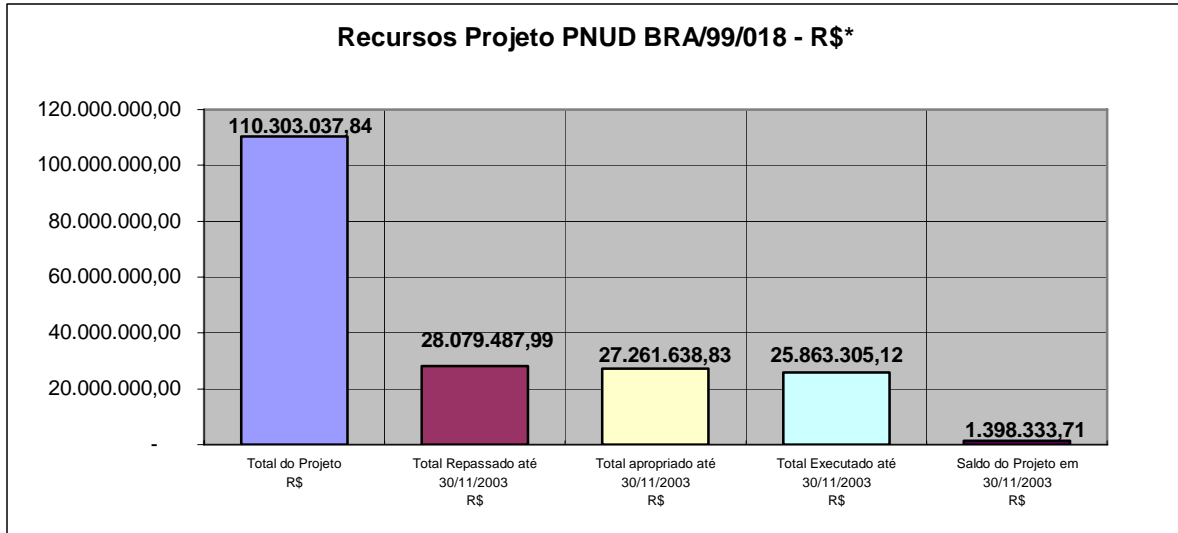
Projeto PNUD BRA 96/026



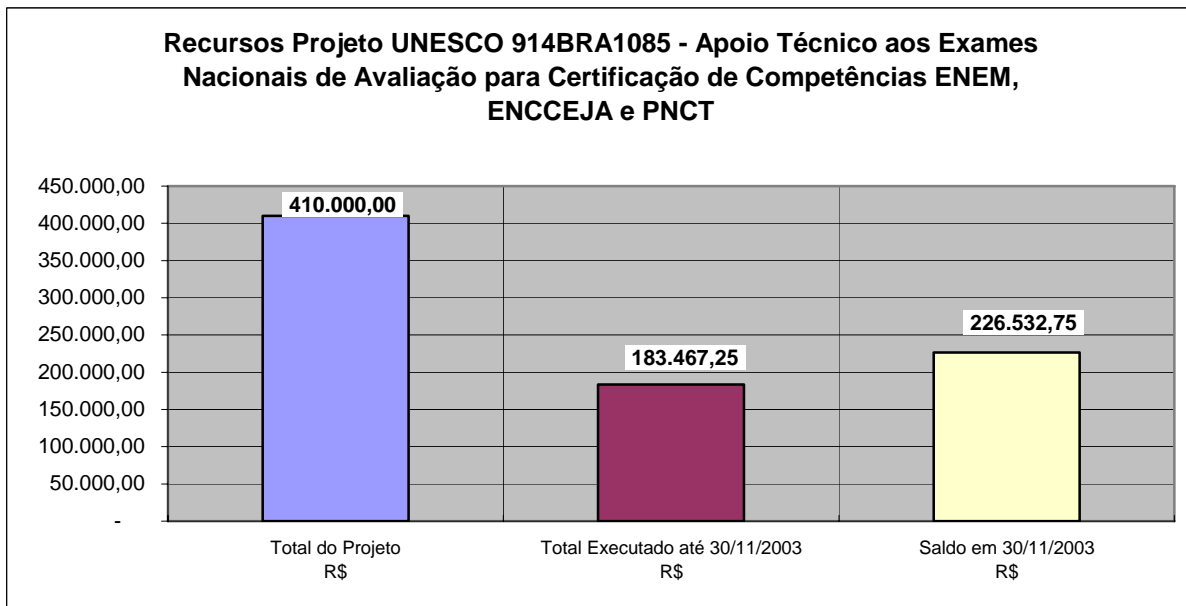
Projeto PNUD BRA 97/019



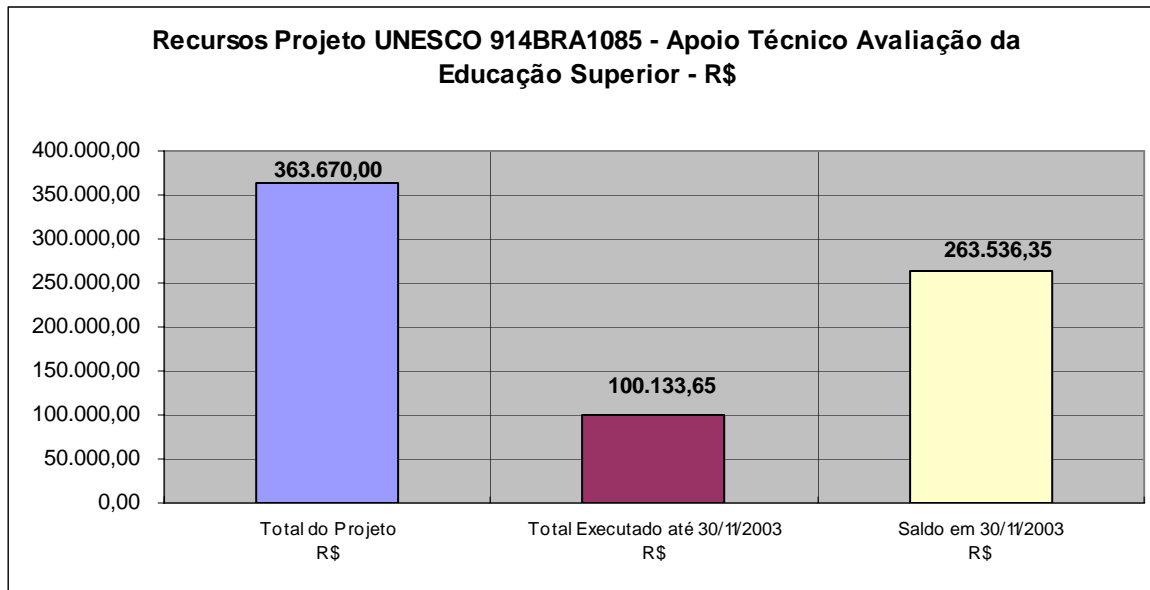
Projeto PNUD BRA 99/018



Projeto UNESCO 914BRA1085



Projeto UNESCO 914BRA1085



2.9.3 – Gestão Financeira

O quadro resumo a seguir apresenta de forma sintetizada a movimentação financeira de cada projeto no exercício de 2003:

(Valores em Reais – R\$)

Posição: 30 de novembro de 2003	BRA 96/026	BRA 97/019	BRA 99/018	914BRA1085	
				Certificação de Competências	Avaliação Educação Superior
3.1 – Situação dos Recursos Disponíveis – Saldo a executar	3.278.778,41	943.544,97	1.398.333,71	226.532,75	263.536,35
3.2 – Situação dos Recursos Realizáveis – Total Repassado em 2003	50.297.754,64	22.267.780,25	28.079.487,99	410.000,00	363.670,00
3.3 – Situação dos Recursos Exigíveis – Orçamento Gerido Projeto	51.843.097,70	25.082.669,34	110.303.037,84	410.000,00	363.670,00
3.4 – Situação dos Recursos Externos – co-financiamento	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há

2.9.4 – Gestão Patrimonial

O anexo 1 contém as listagens de bens patrimoniais adquiridos no âmbito dos Projetos PNUD. Os Projetos UNESCO não prevêem a aquisição de patrimônio.

2.9.5 – GESTÃO DE PESSOAS

O Anexo 2 consta relação dos consultores contratados em cada projeto, com a situação em dezembro de 2003.

ANEXO 1 – Patrimônio

Registro Patrimonial

Organismo: PNUD

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto: PNUD/BRA/99/018

Não existem registros de bens aprovados pelo projeto.

Registro Patrimonial

Organismo: PNUD

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Projeto: PNUD/BRA/96/026

Item	Descrição	Classificação	Localização	Data Compra	Valor US\$	Fornecedor		Baixa		
						Razão Social	CNPJ	Data	Motivo	Justific.
P.141.5 07-0	Unidade de fita DAT 12/24 GB.	Equipamento de Hardware/ Software	Ministério da Educação - Edifício Sede - Depósito	08/09/98	1,741.53	Evolutech Tecnologia de Sistemas	01004684/ 0001-62	22/12/03	Obsolência	-

Registro Patrimonial

Organismo: PNUD

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Projeto: PNUD/BRA/97/019

Item	Descrição	Classific.	Localização	Data Compra	Valor US\$	Fornecedor		Baixa		
						Razão Social	CNPJ	Data	Motivo	Justific.
P.132. 886-0	Estante para biblioteca, dupla -face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/19 98	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	0031102 7000103	22/12/ 2003	Transferência para Agência NEX	
P.132. 887-0	Estante para biblioteca, dupla -face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/19 98	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	0031102 7000103	22/12/ 2003	Transferência para Agência NEX	

P.132.888-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.889-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.890-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.891-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.892-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.893-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.894-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	
P.132.895-0	Estante para biblioteca, dupla-face, com 5 prateleiras cada lado, agrupada em conjuntos inteiramente de aço.	Móveis	Esplanada dos Ministérios Bloco L - CIBEC	03/07/1998	255.17	Comercial Marte de Móveis Ltda	00311027000103	22/12/2003	Transferência para Agência NEX	

ANEXO 2 – Pessoal

Relação de Consultores por Projeto – Posição em 31/dezembro/2003

Projeto PNUD BRA 96/026

Equipe Base

Nº	Nome	Nº	Nome
01.	Adna Carvalho Pinheiro	29.	Luciana Medeiros Andrade
02.	Adriana Dos Santos Oliveira	30.	Márcio Correia Melo
03.	Amauri Gomes De Araújo	31.	Marcos Francisco Ribeiro Ferreira
04.	Aretuza Ferreira Abreu	32.	Marcos Samarone Carneiro
05.	Arthur Gutzeit Will De Oliveira	33.	Marcus Nunes Gallo
06.	Carlos Daniel Araújo Mathias	34.	Margareth Cardoso Pessôa
07.	Carolina Pingret De Sousa	35.	Maria Aparecida Pereira Fonteles
08.	Clarkson Carmo De Saboia	36.	Maria Cândida Muniz Trigo
09.	Cleuber Moreira Fernandes	37.	Maria Das Dores Pereira Rosa
10.	Daniel De Oliveira Piza	38.	Marlene Ferreira Marques
11.	Edmilson Coelho De Oliveira	39.	Mauro Emílio Spanazzi De Oliveira
12.	Elaine Cristina Peixoto Maia	40.	Mônica Silene Braga
13.	Elisângela Mariano Ferreira	41.	Neivaldo De Oliveira Vilela
14.	Fabio Alan Pinheiro Lopes	42.	Otavio Borges Neto
15.	Floriano Brandao Filho	43.	Philippus Johannes Heijblom
16.	Helio Henrique Da Silva Abreu	44.	Raimunda Souto Pinto
17.	James Richard Silva Santos	45.	Renata De Paiva Silva
18.	João Luiz Mendes	46.	Ricardo Sousa Marques
19.	Joao Vicente Pereira	47.	Robson Dantas Andrade
20.	Jose Leonardo Filho	48.	Rogério Cysne Araujo
21.	José Renato De Andrade Araujo	49.	Ronaldo Câmara De Araújo
22.	Josimar Guedes De Carvalho	50.	Roxana Maria Rossy Campos
23.	Julio Cesar Santos Tostes	51.	Shirlane Maria De Sousa Pereira
24.	Júnia Cristina Moraes Dos Santos	52.	Suely Fonseca Saude Teixeira
25.	Kênia Aguiar Borges	53.	Sylvia Pereira Da Silva
26.	Leonardo Guirra Machado Silva	54.	Valtécio Bento Silva
27.	Lílian Nunes Will De Oliveira	55.	Vanessa Néspoli De Oliveira
28.	Luciana De Oliveira Xavier Lima	56.	Wanderson Aparecido Da Silva Alves

Consultor por Produto

Nº	Nome	Nº	Nome
57.	Alerrandro Luís Augusto C. Corrêa	59.	Luiz Reginaldo Almeida Fleury Curado
58.	Gleudson Moreira Fernandes	60.	Simone da Costa Carvalho

Projeto PNUD BRA 97/019

Equipe Base

Nº Nome

01. Adriana Gaertner M. Domingues
02. Adriano Santos De Oliveira
03. Aida Iris de Oliveira
04. Almére Verônica Seabra Falcão
05. Ana Carolina Cirotto
06. Ana Karla Souza Oliveira
07. Ana Paula Pereira Meneses Santana
08. André Luis Cerqueira De O. Cobbe
09. Antonio Fernandes Secchin
10. Antonio Marcos Nogueira Da Costa
11. Bianca Carvalho Palvarini Horta
12. Eliane Maria Nunes Gomes
13. Erika Márcia Baptista Caramori
14. Eveline Silva de Assis
15. Fernanda Lobo Ferreira Leite
16. Geraldo Roberto Inacio
17. Jacqueline Campelo Aragão
18. Jair Santana Moraes
19. Josias Martins Soares Rincon

Nº Nome

20. Janes Barwinski
21. Karla Tadeu Duarte Oliveira
22. Marcelo de Melo Araujo Alegria
23. Marcelo Thiéle Pinheiro Lopes
24. Marcia Terezinha Dos Reis
25. Marcos Alfredo Hartwich
26. Margareth Cristina Martins Zaidan
27. Maria de Fatima Rego Genofre
28. Maria José Brito Silva Vieira
29. Maria Lucia da Silva Rezende
30. Marilene de Oliveira Leal
31. Marluce Moreira Salgado
32. Raphael Caron Freitas
33. Regina Helena Azevedo De Mello
34. Rita De Cássia Viana Gama
35. Rodrigo Godinho Aparecido da Silva
36. Simone Elisabeth Rodrigues
37. Walkiria Pires Silva

Projeto PNUD BRA 99/018

Equipe Base

Nº Nome

01. Ana Maria Brasiliense Holanda Cavalcante
02. Antonio Carlos De Oliveira Almeida
03. Arnaldo Gomes De Farias Neto
04. Carmen Tereza Pagy Felipe Dos Reis
05. Carmilva Souza Flores
06. Célia Maria Rey De Carvalho
07. Elaine Cristina Sampaio Castelo Branco Barros
08. Eleuda Coelho De Oliveira
09. Flavia Moreno Alves De Souza
10. Francisca De Fátima Araújo Lucena
11. Frank Ney Sousa Lima

Nº Nome

12. Frederico Neves Cond
13. Jorge Cardoso Pires
14. Luciana Martins De Rezende
15. Maria Candida Lacerda Muniz Trigo
16. Maria Lucia Peixoto Da Silva
17. Mariana Ribeiro Bastos Migliari
18. Ricardo Antonio Amaral de Oliveira
19. Suely Alves Wanderley
20. Suely Lima Pereira
21. Vera Lucia Sales Gomes

Retainer

Nº Nome

22. Elimar Pinheiro do Nascimento
23. Guilherme Coelho Rabello
24. Margarida Maria Mariano Rodrigues

Nº Nome

25. Maria Antonia Martins Galeazzi
26. Maria Matsuko Okuda

Projeto UNESCO 914BRA1085

Contrato Temporário

Nº Nome

- 01. Claisy Maria Marinho Araújo
- 02. Gladys Beatriz Barreyro
- 03. Maria Inês de Matos Coelho

Nº Nome

- 04. Marlis Morosini Polidori
- 05. Paulo Sérgio Franco Barbosa
- 06. Silvana do Socorro Lima